

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

ARIOSMAR MENDES BARBOSA

**ECONOMIA INDÍGENA EM ÁREAS DE FLORESTAS NA AMAZÔNIA
O CASO DOS ÍNDIOS WAIWAI NO SUL DE RORAIMA**

**Porto Alegre
2011**

ARIOSMAR MENDES BARBOSA

**ECONOMIA INDÍGENA EM ÁREAS DE FLORESTAS NA AMAZÔNIA
O CASO DOS ÍNDIOS WAIWAI NO SUL DE RORAIMA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissionalizante, do curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS/Universidade Federal de Roraima.

Orientadora: Prof^a Dra. Romina Batista de Lucena Souza

**Porto Alegre
2011**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

B238e Barbosa, Ariosmar Mendes

Economia indígena em áreas de florestas na Amazônia : o caso dos índios waiwai no sul de Roraima / Ariosmar Mendes Barbosa. – Porto Alegre, 2011.

83f. : il.

Orientadora: Romina Batista de Lucena Souza.

Dissertação (Mestrado profissional interinstitucional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2011.

1. População indígena. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Modelo econômico : índios. 4. Modo de produção. 5. Desenvolvimento econômico. I. Souza, Romina Batista de Lucena. II. Silva, José Hamilton Gondim. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU 502.131.1

ARIOSMAR MENDES BARBOSA

**ECONOMIA INDÍGENA EM ÁREAS DE FLORESTAS NA AMAZÔNIA
O CASO DOS ÍNDIOS WAIWAI NO SUL DE RORAIMA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia, modalidade Profissionalizante, do curso de Mestrado Interinstitucional UFRGS/Universidade Federal de Roraima.

Aprovada em 16 de janeiro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Paulo Renato Lessa Pinto
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Profº Dr. Nali de Jesus de Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Profº Dr. Stefano Florissi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Aos meus pais Ariosvaldo Barbosa Lima e Mariana Mendes Barbosa, pessoas que não me deram só a vida, mas também me orientaram nos meus passos. Por vocês cheguei até aqui. Por vocês seguirei em frente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS pela oportunidade que vem me dando para o meu crescimento profissional e pelas pessoas de bem que vem colocando ao meu lado.

À minha orientadora Romina Batista de Lucena Souza, que não mediu esforços para me orientar da melhor maneira, contribuindo para a conclusão do presente estudo.

Aos meus irmãos Júnior, Mayara, Arivelto, Abimael e Nadson, peças fundamentais da minha família e aos mais novos integrantes da família, meus sobrinhos Ana Vitória, Johnatan Printes e Vitor Daniel.

Aos demais membros da família.

À Universidade Federal de Roraima e a coordenação do NECAR pela oportunidade e apoio, pois sem este não seria possível a realização deste mestrado.

À toda equipe do Programa de Pós-Graduação em Economia e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelas orientações necessárias a conclusão do Mestrado.

Aos colegas do curso de Mestrado, pelo companherismo, apoio, amizade, dedicação e otimismo.

Às instituições locais, em especial à FUNAI, SEBRAE, CONAB e SEPLAN pela disponibilização de publicações importantes para o Estudo.

A todos os indígenas WaiWai, pessoas a quem passei a ter um carinho especial pela importância no contexto econômico e ambiental da região.

Aos indígenas Geraldo Pereira dos Santos (Coordenador geral dos tuxauas WaiWai), Tacizio Wai Wai (Tuxaua da comunidade Indígena Anauá) e Jonilson Raposo (Representante da Associação do Povo Indígena WaiWai – APIW), que me deram todo apoio para a realização das pesquisas.

À Universidade Estadual de Roraima, em especial a Coordenadora Pedagógica do Campus Baliza, Elenilza Bezerra, que me orientaram quanto às informações existentes relacionados aos indígenas WaiWai, que contribuíram para a conclusão do presente estudo.

A todos, meu carinho e gratidão.

“Criou Deus o homem a sua imagem,
conforme nossa semelhança (...).”
Gênesis 1: 27

RESUMO

O mundo em que vivemos atualmente está cada vez exigindo uma economia aberta, em que os seus componentes estão intimamente ligados num sistema comum: o capitalismo. Nessa perspectiva, as comunidades indígenas na Amazônia têm um grande desafio de se inserir nesse meio, sem deixar de preservar suas crenças e costumes. O presente estudo tem como objetivo caracterizar o modelo econômico dos índios WaiWai situados no Sul do Estado de Roraima, fazendo uma comparação com os modelos econômicos aplicados na sociedade contemporânea. Para a obtenção dos dados, foi aplicado um questionário junto a 20 indígenas da Comunidade Indígena Anauá, Terra Indígena WaiWai, no município de São Luiz. De forma subjetiva, o questionário buscou levantar informações a respeito do modo de vida das famílias pesquisadas, principalmente relacionados as suas subsistências. No questionário, também se buscou informações sobre a existência ou não de excedente de produção e, caso exista, se esse excedente é utilizado como produto de negociação no mercado. Além disso, as informações primárias coletadas na região, bem como os documentos gerados por instituições de fomento, como o SEBRAE e FUNAI, ajudaram a fazer o cruzamento das informações geradas pelos questionários. De forma geral, verificou-se a crescente evolução dessas comunidades no meio em que vivem, ou seja, o importante papel na geração de negócios sustentáveis por meio da comercialização dos produtos da floresta. Com as capacitações realizadas e com a crescente valorização dos produtos da sociobiodiversidade, os indígenas estão cada vez mais inseridos na economia de mercado. No geral, essa informação poderia ser preocupante, pois sabemos que o capitalismo de certa forma, além do desenvolvimento, traz também algumas mazelas à todo logo lugar em que ele predomina. No entanto, apesar dos índios WaiWai estarem se inserindo na economia de mercado, a cultura da etnia está relativamente preservada, como a utilização da língua nativa – que é falada por todos na comunidade, a utilização dos produtos da floresta para a alimentação da família, dentre outros. Neste sentido, é necessária uma atenção especial a esse povo, para que o conceito do desenvolvimento sustentável possa realmente prevalecer, ou seja, que eles continuem a sobreviver dos recursos que a floresta oferece e viver em perfeita harmonia com a natureza.

Palavras-chave: Lei da escassez. Indígenas. Sul de Roraima

ABSTRACT

The world we live in today's increasingly demanding an open economy, where its components are closely linked in a common system: capitalism. From this perspective, the indigenous communities in the Amazon have a great challenge to enter that environment, while preserving their beliefs and customs. The present study aims to characterize the economic model of the Indians Waiwai situated in the south of the State of Roraima, making a comparison with the economic models used in contemporary society. To obtain the data, we applied a survey of 20 Indian Anauá Indigenous Community, Indigenous Waiwai in the city of St. Louis. Subjectively, the questionnaire sought to gather information about the lifestyle of the families surveyed, mainly related to their livelihoods. In the questionnaire also sought information on the existence of surplus production and, if so, if this surplus is used as a product of market trading. In addition, the primary information collected in the region, and the documents generated by development institutions such as FUNAI SEBRAE and helped make the crossing of the information generated by the questionnaires. Overall, there was a growing trend among those communities in which they live, that is, the important role in the generation of sustainable businesses through the marketing of forest products. With the training conducted and the growing appreciation of the products of socio-biodiversity, indigenous peoples are increasingly entered the market economy. In general, this information could be worrisome, because we know that capitalism somehow, and the development, it also brings some evils the whole place just as he dominates. However, despite the Indians Waiwai are intruding into the market economy, culture, ethnicity is fully preserved, as the use of native language - that is spoken by everyone in the community, the use of forest products to feed the family, and others. In this regard, special attention is needed for this people, that the concept of sustainable development can actually prevail, that is, they continue to survive on the resources that the forest offers, and live in perfect harmony with nature.

Keywords: Law of scarcity. Indigenous. South of Roraima

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa Geopolítico do Estado de Roraima	38
Figura 2 – Mapa das Terras Indígenas habitadas pelos Waiwai no Brasil: Wai- Wai, Nhamundá-Mapuera e Trombetas-Mapuera Wai Wai	47
Figura 3 – Localização da Terra Indígena WaiWai.....	48
Figura 4 – Pose da comunidade para a foto	52
Figura 5 – Artesanatos produzidos pelos índios WaiWai	57
Figura 6 – Mapa de localização dos Castanhais da Comunidade Anauá	59
Figura 7 – A grande árvore: A castanha-do-Brasil	60
Figura 8 – Logomarca de comercialização da Castanha-do-Brasil dos WaiWai	62
Figura 9 - Identificação das Áreas Indígenas no Estado de Roraima	77
Gráfico 1 – O equilíbrio da demanda e da oferta	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das Terras do Estado de Roraima	41
Tabela 2 – Distribuição das Terras da União	42
Tabela 3 – Distribuição da população indígena, por região	43
Tabela 4 – Distribuição da população indígena, por Estado	44
Tabela 5 - Dados de área e população indígena e não indígena de Roraima	46
Tabela 6 – Comparação de preço e volume de comercialização da Castanha nos anos de 2008, 2009 e 2010	63

LISTA DE SIGLAS

APIW – Associação do Povo Indígena WaiWai

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FEMARH – Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional da Saúde

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente de dos Recursos Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

ISA – Instituto Socioambiental

ITERAIMA – Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima

MEVA – Missão Evangélica da Amazônia

PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos

PIB – Produto Interno Bruto

PPA – Planejamento PluriAnual

PPTAL – Projeto de Proteção as Terras Indígenas da Amazônia Legal

RR - Roraima

SEBRAE-RR – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima

SEI – Secretaria de Estado do Índio

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento do Estado de Roraima

TI – Terra Indígena

UERR – Universidade Estadual de Roraima

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos.....	15
1.3 JUSTIFICATIVA	16
1.4 HIPÓTESES	17
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	18
1.6 METODOLOGIA.....	19
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	22
2.1 A LEI DA ESCASSEZ DE RECURSOS.....	22
2.2 OS RECURSOS ESCASSOS E SUA ÍNTIMA LIGAÇÃO COM A LEI DA OFERTA E DA PROCURA	25
2.3 CAPITALISMO X ESCASSEZ DE RECURSOS.....	27
2.4 A BIODIVERSIDADE ESTÁ FICANDO ESCASSA?	28
2.5 O ETNODESENVOLVIMENTO LOCAL.....	30
2.6 OS SERVIÇOS AMBIENTAIS PRESTADOS PELAS TERRAS INDÍGENAS	32
2.7 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO X ECONOMIA SOLIDÁRIA	33
3 OS ÍNDIOS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: O CASO DOS ÍNDIOS EM RORAIMA	37
3.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DE RORAIMA.....	37
3.2 OS ÍNDIOS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA	42
3.3 OS ÍNDIOS EM RORAIMA.....	45
3.4 OS ÍNDIOS WAI WAI	47
3.5 BREVE RELATO SOBRE A INFLUÊNCIA DA INSERÇÃO DA RELIGIÃO NAS COMUNIDADES WAIWAI.....	49
3.6 INICIAÇÃO ÉTNICA NA TI WAI WAI	51
3.7 UM BREVE HISTÓRIO DA COMUNIDADE INDÍGENA ANAUÁ.....	51
4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS: O MODELO ECONÔMICO DA COMUNIDADE ANAUÁ, NA TERRA INDÍGENA WAI WAI	54

4.1 PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS E ATIVIDADES ECONÔMICAS DOS ÍNDIOS WAI WAI NA COMUNIDADE INDÍGENA ANAUÁ	55
4.2 PRINCIPAL MODELO ECONÔMICO ADOTADO PELA COMUNIDADE ANAUÁ, NA TERRA INDÍGENA WAIWAI.....	63
5 CONCLUSÃO.....	66
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICE A – Questionário aplicado com os indígenas selecionadas no Estudo	75
ANEXO A – Mapa de Roraima: Áreas Indígenas.....	79
ANEXO B – Autorização das lideranças indígenas para realização de pesquisa	82

1 INTRODUÇÃO

Na Amazônia, há relatos que comprovam que os indígenas convivem secularmente com a floresta e isso lhes oportunizou conhecer e criar técnicas específicas de manejo dos diversos ecossistemas, empregando seus conhecimentos adquiridos ao longo dos anos no desenvolvimento de tecnologias adequadas à exploração e manutenção da biodiversidade existente nessas áreas. Com os diversos estudos realizados nos últimos anos, foi-se percebendo que a biodiversidade existente na Amazônia, e nesse trabalho cito em especial às áreas indígenas, possui um valor inestimável, seja ele econômico, social ou ambiental.

Para Schroder (2003), desde o final da década de 1980, o número de projetos em Terras Indígenas no Brasil tem crescido bastante. Parte desses projetos tem a ver com a economia, seja com objetivo de incentivar e apoiar a comercialização de produtos indígenas seja com o objetivo de promover a subsistência indígena. Da mesma forma, tem-se observado nos últimos anos a valorização crescente dos recursos florestais e da sociobiodiversidade brasileira, principalmente em comunidades tradicionais¹, com a adoção do novo conceito do comércio justo².

Segundo Costa (2009), atualmente os projetos em Terras Indígenas vêm se apresentando em sua grande parte na ótica do etnodesenvolvimento ou do desenvolvimento sustentável. Assim, os órgãos proponentes se esforçam para mudar a ótica dos projetos, antes somente “projetos de desenvolvimento”. Entretanto, para Luciano³ (2005, *apud* COSTA, 2009, p. 10) o avanço ainda é pequeno e na maioria das vezes os projetos que estão sendo executados nessas áreas têm caráter paternalista, assistencialista, imediatista e clientelista. Nos últimos anos, em contraponto a essas práticas, os indígenas têm experimentado alguns

¹ Comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais e têm formas próprias de organização social. Eles ocupam e usam territórios e recursos naturais como meio para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica, utilizando conhecimentos e práticas transmitidas pela tradição. (BRASIL, 2007).

² Tem por objetivo o desenvolvimento sustentável e o oferecimento de condições melhores de vida aos produtores, através de negociações transparentes e busca por equidade no comércio internacional. Baseia-se em princípios de respeito ao produtor e valorização do produto e da mão-de-obra, de forma que se paga um preço considerado “justo” e não-exploratório aos produtos provenientes de países em desenvolvimento. (Verenhitach, 2007)

³ LUCIANO, G. dos S. (2005). Um "olhar indígena" sobre assistência técnica e extensão rural. In: VERDUM, R. (org.). **Assistência técnica e financeira para o desenvolvimento indígena**: possibilidades e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 79-102p.

projetos de caráter “experiência-piloto”, que tem sido importantes e muito significantes para eles, porém ainda incipientes a tal ponto de reverter estas práticas há séculos enraizadas na relação entre nossa sociedade e os povos indígenas.

Com esses fatos, percebemos que a preocupação com o uso de recursos naturais em terras indígenas vem ganhando ênfase diante dos desafios em busca da sustentabilidade territorial.

O Estado de Roraima apresenta uma área territorial de 224.118 Km², equivalente a 2,4% do território brasileiro e a 5,84% da Região Norte. Todos os seus quinze municípios são fronteiriços ou estão na faixa de fronteira internacional tripartite. A leste, são 964 km de fronteira com a República Cooperativista da Guiana, a Norte a e Oeste, 958 km de fronteira com a República Bolivariana da Venezuela.

De acordo com o IBGE (2010), a população atual de indígenas no Estado de Roraima é em torno de 49.637 indígenas. Eles estão distribuídos entre diversas etnias, dentre elas as mais representativas são: Macuxi, Wapichana, Ingaricó, Yanomami, Waimiri-Atroari, Wai-Wai, Taurepang, Patamona, Yekuana e Sapará.

Ao Sul de Roraima, está localizada a Terra Indígena (TI) Wai Wai, ocupando uma área de 405.000 hectare. A TI Wai Wai está localizada entre os municípios de Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá.

Dessa forma, estas TIs dispõem de grandes potencialidades, uma vez superados problemas comuns como poucos incentivos à produção e organização. Para isso, também, devem-se estabelecer modelos próprios de comercialização dos produtos, levando em consideração o modo secular de viver desses indígenas.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O Estado de Roraima possui pouco mais de 7 milhões e meio de hectare de áreas localizadas em terras indígenas e cerca de 75% desse total está localizado em áreas de florestas. Contudo, são poucas ou quase inexistentes experiências em Roraima que utilizem de forma racional o potencial florestal nessas reservas indígenas.

Com a valorização crescente dos recursos florestais e da sociobiodiversidade

brasileira, aumentaram-se o número de programas e projetos em Terras Indígenas no Brasil. Ao Sul de Roraima está localizada a Terra Indígena Wai Wai, localizada em áreas onde há uma forte concentração de florestas. A questão a ser discutida é se o Estado de Roraima pode alavancar a economia indígena em áreas de floresta com as comunidades que lá habitam.

Nesse contexto, como fazer a economia indígena em Roraima, especialmente nas áreas de floresta, se tornar produtiva e competitiva e reverter as baixas iniciativas de projetos relacionados a esse segmento?

1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

Para a realização de presente trabalho, os seguintes objetivos gerais e específicos serão estudados.

1.2.1 Objetivo Geral

Este estudo tem como objetivo geral caracterizar o modelo econômico dos índios WaiWai, situados no Sul do Estado de Roraima, fazendo uma comparação com os modelos econômicos aplicados na sociedade contemporânea.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para os objetivos específicos, iremos abordar os seguintes tópicos:

- a) descrever os processos históricos de formação econômica dessa comunidade e suas inter-relações com o ambiente em que vivem;
- b) verificar até que ponto a economia desses povos indígenas é apenas de subsistência ou poderia ser caracterizada de alguma maneira como economia de mercado;

- c) verificar se o modo de produção indígena possui pontos em comum com o modo de produção capitalista moderno;
- d) verificar se houve alguma melhoria no bem estar dessas comunidades desde as primeiras relações econômicas estabelecidas por elas.

1.3 JUSTIFICATIVA

Para Seling e Spathelf (1999), ao lado da produção de madeira (produção de bens materiais), a floresta e a produção florestal produzem bens imateriais que são conceituados como benefícios indiretos (*social benefits*), tarefas secundárias, ou produções de infraestrutura, ou seja, todas as disposições e normas necessárias para a existência e o desenvolvimento da economia e da sociedade. Esses benefícios indiretos são: manutenção da fertilidade do solo; do regime de água; da limpeza do ar; e da recreação para os habitantes dos centros urbanos, etc. O conjunto de todos esses benefícios, ou seja, a produção de bens materiais e imateriais chama-se de "uso-múltiplo" da floresta.

Em relação a bens públicos e privados, Seling e Spathelf defendem que, por um lado, a floresta é um bem privado como um fornecedor de matérias-primas (madeira e produtos não madeireiros) e um local de atividades econômicas (construção das estradas, caça, etc.). Por outro lado, a floresta é um bem público como um meio de recepção para elementos e efeitos secundários (poluição do ar, barulho, proteção visual, proteção contra deslizamentos, entre outros).

Em relação aos benefícios econômicos da floresta, Sukhdev (2010), destaca que, na medida em que as florestas nativas são removidas para dar lugar a outras atividades econômicas, deixam de fornecer uma série de serviços. Com a degradação ou remoção total da vegetação dessas áreas, o homem se obriga a alocar esforços técnicos e financeiros para gerar os mesmos benefícios que outrora estavam disponíveis gratuitamente. Além disso, as florestas naturais fornecem uma ampla variedade de serviços, desde os mais tradicionais e palpáveis - como a produção de matéria-prima para diversos segmentos da indústria madeireira - até aqueles abstratos, porém não menos importantes, como a irrefutável

contribuição da manutenção de áreas florestais para o equilíbrio climático global, atuando como um armazenador de carbono.

Neste sentido, o desenvolvimento da tecnologia deverá ser orientado para metas de equilíbrio com a natureza e de incremento da capacidade de inovação dos países em desenvolvimento, e o programa será atendido como fruto de maior riqueza, maior benefício social equitativo e equilíbrio ecológico.

Meyer (2000) enfoca que, para esta ótica, o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta pontos básicos que devem considerar, de maneira harmônica, o crescimento econômico, maior percepção com os resultados sociais decorrentes e equilíbrio ecológico na utilização dos recursos naturais. Também é vital a implementação de projetos que visam o apoio ao uso cultural e tradicional da terra pelas comunidades indígenas como uma maneira de evitar a continuidade da degradação e de contribuir para a preservação dos ricos, embora cada vez mais ameaçados, recursos de biodiversidade da região.

1.4 HIPÓTESES

Hipótese 1: O modelo de produção dessas tribos indígenas possui alguma racionalidade seguindo a lógica do meio em que vivem e a disponibilidade de recursos;

Hipótese 2: Em todo processo de relacionamento dos não-índios com comunidades indígenas, há ocorrência de mudanças no comportamento dessas comunidades indígenas;

Hipótese 3: Em função das atuais políticas públicas indigenistas, as comunidades indígenas vêm recebendo recursos tanto para custeio quanto para investimento para as suas áreas produtivas, e também para infra-estrutura social.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho será estruturado em sete capítulos, sendo o primeiro deles a Introdução. Neste primeiro capítulo serão abordados como sub-tópicos os elementos estruturantes da dissertação como: Definição do problema, objetivos, justificativa e hipóteses. No segundo capítulo apresentam-se os fundamentos teóricos da dissertação, com temas relacionados a biodiversidade e sua íntima ligação com a lei da escassez de recursos. Além disso, serão abordados conceitos sobre o etnodesenvolvimento nos dias atuais.

O terceiro capítulo contempla uma abordagem geral sobre os índios no Brasil e na Amazônia, apresentando suas características gerais, como população, volume de terras disponíveis às comunidades indígenas e suas relações com o entorno em que vivem. Essas mesmas informações também serão retratadas com base nos índios que vivem em Roraima.

No quarto capítulo, que é a base fundamental do estudo, serão feitas avaliações do modelo econômico da comunidade Anauá na Terra Indígena Wai Wai. Este capítulo será o resultado da pesquisa de campo aplicada junto a 20 indígenas da comunidade Anauá. Serão abordados assuntos referentes aos principais produtos que são produzidos pelas famílias contempladas no estudo, sejam eles da floresta ou não; qual a remuneração da família, sejam eles advindos da floresta ou não, sobre os produtos plantados, que não são nativos da floresta; sobre a existência ou não de agregação de valor a algum produto; sobre a existência ou não de excedentes de produção e o seu destino, caso haja; sobre o destino dos produtos comercializados e, por fim, sobre o envolvimento dos indígenas em alguma organização social (cooperativa, associação, etc).

Neste capítulo, também serão apresentadas propostas visando o desenvolvimento sustentável da comunidade selecionada, baseado nos dados e resultados levantados durante a pesquisa.

Por fim, no quinto capítulo são apresentadas as conclusões do estudo e no sexto capítulo são citadas as referências bibliográficas.

1.6 METODOLOGIA

De acordo com Silva e Menezes (2001), a metodologia tem como função mostrar como andar no “caminho das pedras” da pesquisa, ajudá-lo a refletir e instigar um novo olhar sobre o mundo: um olhar curioso, indagador e criativo. A “Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação” visa fornecer informações básicas de metodologia da pesquisa servindo de guia à elaboração do projeto e da dissertação de mestrado. Descreve princípios teóricos e fornece orientações práticas que ajudarão a aprender a pensar criticamente, ter disciplina, escrever e apresentar trabalhos conforme padrões metodológicos e acadêmicos. Estratégias metodológicas inconsistentes podem comprometer o rigor que deve haver em um trabalho científico, provocando vieses significativos e colocando sob suspeita as conclusões da pesquisa. É nesse cenário que o pesquisador deve eleger a metodologia mais adequada.

Mediante os objetivos e finalidades desse estudo, do ponto de vista da abordagem, optou-se por realizar uma pesquisa de natureza descritiva, visto que visou caracterizar o modelo econômico adotado pelas comunidades indígenas localizadas na Terra Indígena WaiWai e teve como resultado imediato proporcionar informações que permitirão melhorar a competitividade das comunidades indígenas em Roraima.

1.6.1 Coleta de dados

Esta pesquisa de dissertação⁴ apoiar-se-á no método dedutivo que explica-se através de um acontecimento subordinando-o a leis gerais, isto é, mostrando que ocorreu de acordo com essas leis em razão de haverem manifestado certas condições antecedentes especificadas. Através deste método verificar-se-á o processo de aplicação das políticas públicas ambientais voltadas ao fomento das Terras Indígenas na Amazônia.

Será realizada pesquisa de campo com aplicação de questionários com uma amostra de 20 indígenas da comunidade Anauá, TI Wai Wai, que estarão respondendo aos diversos

⁴ Segundo Silva e Menezes (2001), é o documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações.

questionamentos, como: suas formas de subsistências, sua relação sócio-econômica e ambiental com o ambiente não indígena que vive ao seu redor, seus modos de produção, etc.

Na identificação da estrutura das comunidades, será realizada uma pesquisa aplicada, que para Labes (1998), consiste de uma investigação planejada e racional que se vale de todos os elementos e recursos da metodologia científica para identificar e analisar os fatores determinantes ou causais. Ela deve ter validade e fidedignidade, logo, o emprego das técnicas de levantamento como a entrevista, a pesquisa documental e o questionário possibilitará, com eficiência, a análise e a interpretação dos dados.

A análise e a interpretação dos dados serão realizadas a partir do confronto da literatura pertinente à pesquisa com os resultados do material da pesquisa de campo. Assim, será realizada uma análise descritiva dos resultados, a partir da caracterização das comunidades, a forma de produção e comercialização dos produtos advindos da floresta e sua relação com a economia. Enfim, a apresentação dos resultados e considerações será realizada através de textos expositivos e analíticos. Além disso, serão realizadas sondagens e serão obtidas algumas fotografias de interesse do estudo. Os resultados ora obtidos serão em síntese qualitativos, pois as comunidades ainda não dispõem de recursos suficientes para fazermos análises quantitativas, com números exatos ou próximos da realidade que possam servir de subsídios para alguma análise econômica.

Para a coleta de dados e publicação dessas informações, foi solicitado da FUNAI, a autorização para o ingresso em Terras Indígenas com a finalidade de desenvolver Pesquisa Científica, através da Instrução Normativa Nº 01/95PRESI, de 29/11/1995.

1.6.2 Seleção e caracterização do local do estudo

Para a seleção e caracterização do local de estudo, foi selecionada 01 comunidade indígena localizada dentro da TI WaiWai, denominada comunidade Anauá. Da comunidade, foram selecionados 20 indígenas para responderem ao questionário. Essa seleção foi feita levando-se em consideração um projeto desenvolvido junto a essas comunidades, denominado Projeto “FLORESTAR”, coordenado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima (SEBRAE-RR), em parceria com algumas instituições como: FUNAI,

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Universidade Estadual de Roraima (UERR), Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH), Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN), Prefeitura de São Luiz do Anauá, Prefeitura de Caroebe e Prefeitura Municipal de São João da Baliza.

O projeto tem como público alvo 08 comunidades, localizadas nas Terras Indígenas Wai Wai e Trombeta Mapuera, que são: Anauá e Xari (TI Wai Wai); Samaúma, Cobra, Soma. Catual, Makará e Jatapuzinho (TI Trombeta Mapuera). Segundo o comitê gestor desse projeto, essas comunidades foram selecionadas em função de seus históricos favoráveis na produção e comercialização de produtos florestais não madeireiros, em especial à Castanha-do-Brasil.

2 REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com Gonçalves (2010), o panorama social de qualquer grupo de seres humanos é composto por uma imensa quantidade de dados e informações, os quais interagem de forma muito complexa e não evidente à primeira análise. As diversas ciências sociais procuram ordenar e estudar esta multiplicidade de dados e informações. Assim, a História usa, em geral, um critério de organização temporal e de periodização para o entendimento dos fenômenos sociais, na expectativa de que as causas e os efeitos se ordenem de maneira temporal, ou que pelo menos isto ocorra na maioria das vezes.

A economia, por sua vez, adota dois pontos de vista diferentes. Na Macroeconomia, se considera a evolução dos chamados grandes agregados econômicos Produto Interno Bruto (PIB), inflação, desemprego, etc. Já a Microeconomia adota como princípio organizador de dados sociais que observa o comportamento racional das pessoas, definido de forma restrita como sendo a otimização das escolhas, feita por cada indivíduo, para alcançar seus objetivos, supostamente muito claros e indubitáveis para cada um.

Dentro da contextualização microeconômica, sob o ponto de vista microeconômico, sua metodologia é reducionista, chegando ao nível do indivíduo.

2.1 A LEI DA ESCASSEZ DE RECURSOS

A economia fundamenta sua existência na escassez de bens e serviços para consumo e uso no sistema produtivo. A lei da escassez existe apenas pelo fato de os fatores de produção serem limitados e os desejos humanos, ilimitados.

De acordo com Malthus (1978), a elevação progressiva das rendas parece estar necessariamente relacionadas com o cultivo progressivo de novas terras, e com a melhoria, também progressiva, das velhas. Como é de se esperar, as causas que conduzem a uma diminuição das rendas são exatamente as opostas àqueles que acarretam uma elevação, quais sejam: diminuição do capital, diminuição da população, um sistema problemático de cultivo e a baixa de preço das matérias-primas produzidas por deficiência de demanda.

Para Mankiw (2005), a escassez significa que a sociedade tem recursos limitados e, portanto, não pode produzir todos os bens e serviços que as pessoas desejam ter. Assim como uma família não pode dar a seus membros tudo o que eles desejam, uma sociedade não pode dar a cada membro um padrão de vida alto ao qual eles aspirem.

Os recursos escassos são os *insumos*, ou *fatores de produção* utilizados no processo produtivo para obter outros bens, destinados à satisfação das necessidades dos consumidores. Os fatores de produção são: terra, ou recursos naturais; trabalho, ou recursos humanos, capital; capacidade empresarial e; tecnologia.

De acordo com Lavorato (2006), durante o período da chamada Revolução Industrial, no entanto, não havia preocupação alguma com a questão ambiental. Os recursos naturais eram abundantes, e a poluição não era foco da atenção da sociedade industrial e intelectual da época.

A partir da escassez dos recursos naturais, somado ao crescimento desordenado da população mundial e intensidade dos impactos ambientais, surge o conflito da sustentabilidade dos sistemas econômico e natural, e faz do meio ambiente um tema literalmente estratégico e urgente. O homem começa a entender a impossibilidade de transformar as regras da natureza e a importância da reformulação de suas práticas ambientais. (LAVORATO, 2006)

Malthus (1978), em sua obra “Causas do crescimento da população e dos alimentos”, diz:

[...] por lei de nossa natureza que o alimento é imprescindível à vida do homem, a população não pode jamais aumentar além do permitido pelo nível mínimo de alimentação necessário ao seu sustento, deve existir operando continuamente uma poderosa restrição sobre a população, decorrente da dificuldade de obtenção de alimentos. [...] Se essa suposição for aplicada em todo o mundo, e se admitirmos que os meios de subsistência do home, oriundos da terra, devem aumentar oriundos de uma quantidade igual à produzida atualmente, isso corresponderá à suposição de uma taxa de crescimento muito maior do que aquela gerada por quaisquer esforços que a humanidade possa desenvolver (MALTHUS, 1978, p. 218-222).

Em outras palavras, Malthus diz que “enquanto a população crescia em progressão geométrica, a produção de alimentos crescia aritmeticamente”. Para Corrêa (2002), isto causaria um colapso na sociedade mundial, que, à época, vivia altas taxas de fecundidade. Entretanto, a Revolução Verde, do século XIX com as descobertas de Justus Von Liebig, impediu que as previsões de Malthus se concretizassem em escala global. Apesar disso, neo-

maltusianos têm constantemente teorizado que o crescimento excessivo da população mundial é a principal causa da excessiva exploração e destruição da natureza.

De acordo com Baptista (2010), porém, diz:

[...] ainda não conseguimos mudar os padrões de consumo da nossa sociedade, de forma a racionalizar a utilização dos recursos naturais, para que possamos garantir a existência desses bens que, cada vez vão se tornando mais escassos. [...] Estamos vivendo a fase da procura pelo bem-estar, pela obrigação extrema de saciar necessidades criadas pelos outros em nós e pela substituição de emoções e sentimentos imateriais em troca da aquisição de bens materiais, a fim de que se possa supri-los de maneira mais rápida e prática possível. Em outras palavras, é a cultura na qual fomos obrigatoriamente inseridos e que ainda impera e regula nossas vidas: o consumismo. (BAPTISTA, 2010, p. 8-9)

É verdade que a escassez alicerça toda a teoria econômica que é lecionada nas universidades e institutos. Porém, Drucker (1993), na obra “A sociedade pós-capitalista”, nos diz que estamos evoluindo para um modelo econômico onde se manterão alguns elementos típicos das sociedades capitalistas. Para ele,

[...] hoje o recurso realmente controlador, o fator de produção absolutamente decisivo, não é o capital, os recursos naturais (terra) ou a mão-de-obra. É o conhecimento. [...] As atividades centrais de criação de riqueza não serão nem a alocação de capital para usos produtivos, nem a “mão-de-obra”. Hoje o valor é criado pela “produtividade” e pela “inovação”, que são aplicações do conhecimento ao trabalho. (DRUCKER, 1993, p. XV-XVII).

Assim, Drucker (1993), afirma que o essencial vai sendo alvo de uma profunda transformação. Se até aqui estudamos a economia como a ciência que estuda os mecanismos de otimização dos recursos escassos, no futuro a economia será entendida como a ciência que estuda a otimização de um único recurso que cria valor e que não está condicionado pela escassez, antes gozada de uma abundância inesgotável. Este recurso é o saber, o conhecimento, sendo que essa riqueza resultará da capacidade da sua aplicação nos produtos e serviços. Nas suas palavras, esse será o advento do pós-capitalismo.

2.2 OS RECURSOS ESCASSOS E SUA ÍNTIMA LIGAÇÃO COM A LEI DA OFERTA E DA PROCURA

De acordo com Mankiw (2004), a oferta e a demanda são as forças que fazem as economias de mercado funcionar. São elas que determinam a quantidade produzida de cada bem e o preço pelo qual o bem será vendido no mercado.

O mercado nada mais é que um grupo de compradores e vendedores de um determinado bem ou serviço. Um mercado pode estar em qualquer lugar, na esquina de uma rua, no outro lado do mundo, ou bem perto como o telefone ou os classificados do jornal. Não precisa ser necessariamente um lugar físico. Nele estão presentes os fundamentos da demanda e da oferta, que representam os interesses de consumidores e produtores (ou vendedores).

A demanda de um determinado bem (ou **demanda do bem X**) é dada pela quantidade deste bem que os compradores (ou consumidores) desejam adquirir num determinado período de tempo. (VICECONTI, 2007).

São muitas as coisas que determinam a quantidade demandada de qualquer bem, mas, ao analisar como funcionam os mercados, há um determinante que representa um papel central: o preço. Essa relação entre preço e quantidade demandada se aplica à maioria dos bens existentes na economia e, na verdade, é tão universal que os economistas a chamam de **lei da demanda**. (MANKIW, 2004).

Já a oferta de um determinado bem, por unidade de tempo, que os vendedores desejam oferecer no mercado constitui a **oferta do bem X**. A quantidade demandada de um bem ou serviço é a quantidade que os vendedores querem e podem vender. Há muitos determinantes da quantidade ofertada, mas, novamente, o preço representa um papel central. Essa relação entre preço e quantidade ofertada é chamada **lei da oferta**.

Assim como a demanda de mercado é a soma das demandas de todos os compradores, a oferta de mercado é a soma de todos os vendedores. A economia busca juntar os dois lados do mercado, o da oferta e o da demanda, a fim de ver de que maneira o preço e a quantidade de equilíbrio são determinados.

Quando a oferta e a demanda estão reunidas tem-se o equilíbrio de mercado. Mankiw (2004), conceitua equilíbrio de mercado como uma situação na qual o preço atingiu o nível em que a quantidade ofertada é igual a quantidade demandada.

O preço de equilíbrio é aquele que, uma vez atingido, tende a persistir. Sempre que o preço estiver acima do preço de equilíbrio, teremos excesso de oferta da mercadoria; esse

excesso de oferta fará com que o preço diminua até atingir o equilíbrio. Por outro lado, sempre que o preço estiver abaixo do preço de equilíbrio, teremos excesso de demanda da mercadoria; esse excesso de demanda fará com que o preço aumente até atingir o equilíbrio.

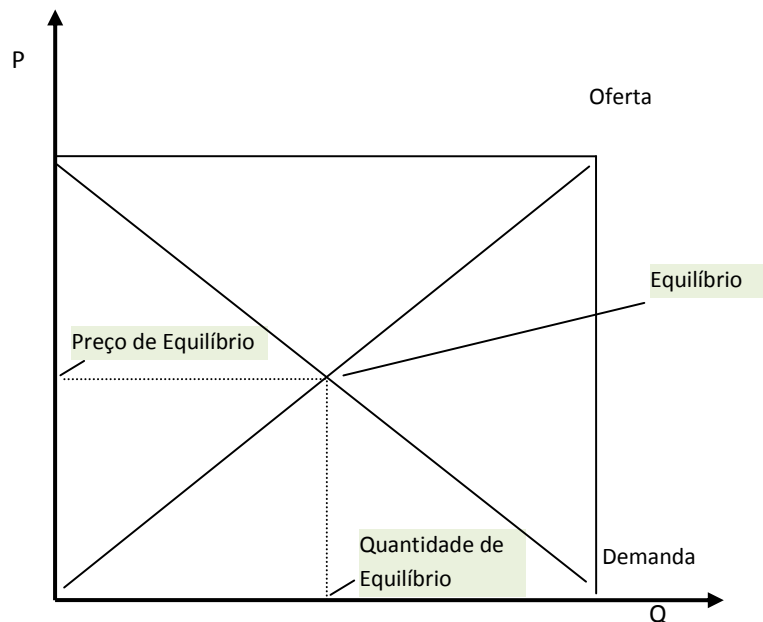


Gráfico 1 - O equilíbrio da demanda e oferta

Fonte: Mankiw (2004, p. 32).

Analisando sob o aspecto da escassez de recursos, em qualquer sistema econômico, os recursos escassos têm de ser alocados entre usos que competem entre si. As economias de mercado usam as forças de oferta e demanda para servir a esse fim. A oferta e a demanda, juntas, determinam os preços dos diferentes bens e serviços da economia; os preços, por sua vez, são os sinais que orientam a alocação de recursos. (MANKIW, 2004).

Em seu livro *A Riqueza das Nações*, Adam Smith (1983) diz:

Quando a quantidade de uma mercadoria colocada no mercado é inferior à demanda efetiva, não há possibilidade de fornecer a quantidade desejada a todos àqueles que estão dispostos a pagar o valor integral – renda da terra, salários e lucro – que deve ser pago para colocar a mercadoria no mercado. Em consequência, ao invés de desejar essa mercadoria ao preço em que está, alguns deles estarão dispostos a pagar mais. (SMITH, 1983, p. 84).

Os seres humanos, em seu cotidiano, precisam satisfazer a uma série de necessidades, sem as quais não seria possível sobreviver. Essas necessidades se materializam sob a forma de alimentos, vestuário, habitação, transporte, higiene, beleza, comunicação etc. Tais necessidades são permanentemente renovadas, possibilitando a continuidade da satisfação humana. Para isto, diversos bens precisam ser produzidos e diversos serviços prestados. (BAPTISTA, 2010).

É inegável que a sociedade contemporânea vê o consumo como um indicativo de progresso, pois ele gera a industrialização e o conseqüente crescimento e desenvolvimento econômico. O consumo de forma sustentável garante uma melhor qualidade de vida, pois é consequência da racionalização do uso dos recursos naturais, da diminuição dos desperdícios, o que acarretaria uma menor geração de resíduos, a fim de combinar os interesses ecológicos, econômicos e sociais de uma sociedade. (BAPTISTA, 2010).

2.3 CAPITALISMO X ESCASSEZ DE RECURSOS

Para Tomaz (2010), em um mundo globalizado e com os avanços tecnológicos em níveis inimagináveis, o Sistema Capitalista, sem mudar suas características originais, se fortalece a cada instante, ora disfarçando-se através de ideologias neoliberais, pregando o desenvolvimento sustentável, defendendo o emprego digno e renda para todos, ora mostrando sua face cruel e fria sem esconder seus reais objetivos que é o acúmulo incomensurável e a qualquer custo de bens e riquezas, gerados a partir da exploração do ser humano, da destruição do meio ambiente e dos recursos naturais do planeta.

Para Lopes (2011), nenhum sistema de dominação moderno – capitalismo, socialismo, regimes totalitários e ditaduras – mostrou-se capaz de remediar sua autodestruição. Historicamente a alteração do homem sobre a natureza parte da intenção econômica, excluindo o discurso do seu real uso sobre o espaço, o que compreende uma demanda de desenvolvimento pautada nas intenções do modo de produção. Durante a Revolução Industrial, o homem passou a explorar cada vez mais os recursos naturais, e aumentar a emissão de gases para superfície da atmosfera, em resposta, o processo de aquecimento intensificou-se.

O grau de “desenvolvimento” de uma sociedade atual, que pode ser mensurado por um dado quantitativo, conhecido como PIB, porém esta noção, não se configura como uma informação precisa, pelo fato de que além de não compreender o desgaste do uso da natureza, este “desenvolvimento” não necessariamente presume qualidade de vida para todo o corpo social.

Para Echegaray (2011), este modelo, portanto, vem ancorado em premissas erradas: mais consumo, mais poluição, mais desigualdade social e infelicidade pessoal, crescimento em vez de bem-estar. Mas, também, dão uma dica sobre a necessidade de reinventar a noção de livre mercado como base geradora de riqueza e oportunidades ou arriscar novos fracassos ou o aprofundamento do grande fracasso atual.

O livre mercado não apenas deixa a desejar na obtenção de bons resultados – ou na distribuição mais eficiente de benefícios do ponto de vista coletivo – como também adoece de uma opacidade intrínseca na maneira de calcular os custos de produção e consumo. Isso porque esquece o capital natural como fator de produção ou ignora os custos diretos (degradação ambiental, escassez de recursos naturais e outros) e indiretos (impacto da poluição na saúde, aumento da insegurança alimentar e climática, por exemplo) das atividades econômicas.

2.4 A BIODIVERSIDADE ESTÁ FICANDO ESCASSA?

A biodiversidade ou diversidade biológica significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo, ainda, a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (BRASIL, 2000, p. 11).

Muitos serviços de ecossistemas não são amplamente reconhecidos por sua importância global ou por seu papel crucial ao atender as necessidades em determinadas regiões. Por exemplo, não há, até os dias de hoje, um mercado que reconheça a importante contribuição de ecossistemas terrestres e oceânicos, e de sua biodiversidade, ao absorver pelo menos metade do carbono emitido atualmente na atmosfera por atividades humanas,

retardando, desta forma, a taxa global de mudança de clima (Ministério do Meio Ambiente, 2007).

Para Pearce e Moran (1994), o mundo vem perdendo parte da sua biodiversidade e isto está causando grande preocupação por todo o mundo. Esta preocupação foi vista, por exemplo, na Convenção sobre a Diversidade Biológica, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. O desconhecimento dos valores reais da biodiversidade tem constituído sério obstáculo para que os tomadores de decisão reconheçam a necessidade da conservação dos recursos biológicos nos planos nacionais de desenvolvimento.

De acordo com Mittermeier (2005), o Brasil é um dos países mais ricos do mundo em biodiversidade, concorrendo com a Indonésia pelo título de nação biologicamente mais rica do nosso planeta. Embora as ameaças à vida silvestre e às paisagens naturais do país sejam dramáticas, o Brasil também tem se tornado um líder mundial em conservação da biodiversidade, principalmente por causa de seu, sempre crescente, quadro de profissionais de conservação.

Para Homa (2008), há necessidade de desmistificar a biodiversidade potencial, direcionar maior atenção para a biodiversidade do passado e do presente e entender as limitações da economia extrativa. A preservação da biodiversidade dependerá da utilização apropriada das áreas já desmatadas, da recuperação das áreas que não deveriam ter sido destruídas, de maiores investimentos em C&T e de infra-estrutura social. As instituições de pesquisa devem estabelecer metas concretas para incorporar novos recursos da biodiversidade ao processo produtivo, conectadas com o setor empresarial e de programas de crédito, assistência técnica, associações com países desenvolvidos com garantias mútuas, obedecendo ao ciclo de vida dos produtos.

Para Pearce e Moran (1994), um aspecto do processo de mudança de percepções governamentais e populares a cerca dos recursos biológicos consiste em mostrar que o uso sustentável da biodiversidade tem um valor econômico positivo, e que este valor econômico é frequentemente mais elevado que o valor dos recursos alternativos que ameaçam a biodiversidade.

2.5 O ETNODESENVOLVIMENTO LOCAL

Os povos indígenas na Amazônia habitam essa região desde tempos imemoriais, vivendo geralmente em territórios específicos, de acordo com o modo de vida sócio - cultural peculiar à cada grupo. Ao longo da história, conviveram e se desenvolveram de forma sustentável, preservando o meio ambiente e adquirindo vasto conhecimento e domínio de sua diversidade biológica e ecológica.

Esta relação harmoniosa com a natureza permitiu-lhes conhecer e criar técnicas específicas de manejo dos diversos ecossistemas, empregando seus conhecimentos no desenvolvimento de tecnologias adequadas à exploração e manutenção do acervo natural e ambiental.

Para Costa (2009), os povos indígenas no Brasil, nas últimas décadas, vêm presenciando mudanças significativas em busca de autonomia e rumo ao protagonismo indígena. Os projetos de desenvolvimento colocados em ação pelo Estado passam a ganhar nova “roupagem” a partir da década de oitenta do século passado, com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 e com o fim da ditadura militar.

Para Souza (2008), no amplo e diversificado campo das cada vez mais complexas relações entre povos indígenas e agentes da sociedade abrangente, o *desenvolvimento* é tema de grande relevância. Em torno desse tema, o engajamento nos circuitos econômicos regionais, a apropriação de mecanismos de geração de renda e do consumo de bens e serviços, os impactos de grandes empreendimentos, o fortalecimento institucional, a construção de políticas públicas e a elaboração e execução de intervenções sociais sob a forma de *projetos* para ou pelos povos indígenas são aspectos de grande importância.

Em reação aos moldes em que se vem configurando os projetos de desenvolvimento nas últimas décadas, surge o etnodesenvolvimento, principalmente por antropólogos da América Latina. (SOUZA, 2008).

De acordo com Little (2002), há muitas maneiras de conceitualizar o etnodesenvolvimento local, sendo que cada uma delas leva consigo um conjunto de valores políticos e culturais. Souza (2008) diz que:

O etnodesenvolvimento é compreendido como a mudança no ritmo de aquisição de tecnologia e transformações nos modos de produção, que contemplam, fundamentalmente, o conhecimento local, a segurança alimentar e territorial, o manejo ambiental sustentável e a promoção da autonomia das etnias envolvidas. (SOUZA, 2008, p. 71)

Para Little (2002), o foco central de quaisquer programas ou atividades que visam o etnodesenvolvimento é o grupo étnico e suas necessidades econômicas e reivindicações políticas. Para tanto, o principal nível no qual se trabalha o etnodesenvolvimento é o local, justamente porque é nesse nível onde existem maiores oportunidades para os grupos étnicos exercerem influência nas decisões que lhes afetam e, como consequência, promover mudanças nas suas práticas econômicas e sociais. É no nível local que começa o processo de construção da autogestão étnica. O estabelecimento de uma situação de autonomia cultural não implica o desligamento do grupo local do mundo maior, algo quase impossível dada à interdependência do mundo atual.

O que precisa ser pensado por parte do grupo étnico é quais interações devem ser feitas, com quais instituições e para quais finalidades. Ou seja, a escolha dos parceiros do grupo local que atuam em outros níveis é também um dos elementos principais da autonomia. Se o grupo não tem essa liberdade, o que acontece em situações de tutela por parte do Estado nacional, não existem condições adequadas para pensar num etnodesenvolvimento. O desafio para o grupo étnico local é utilizar as conexões que mantêm com grupos e instituições nos outros níveis - organizações não-governamentais, órgãos governamentais, agências multilaterais de financiamento, etc. – para seu próprio benefício. (LITTLE, 2002).

Para Souza (2008), esses povos deveriam ser livres para estabelecer com o Estado, relações justas e de igualdade devendo seguir as seguintes premissas: ter como objetivo prioritário a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas, ao invés de priorizar o crescimento econômico; priorizar a "visão endógena", ou seja, a percepção de dentro dos próprios povos ou comunidades, para a solução de seus problemas e a satisfação de suas necessidades; valorizar e utilizar conhecimento, tecnologia, tradição e recursos locais (pessoais, naturais, etc.) na busca de soluções para os problemas; garantir uma relação equilibrada com o meio ambiente e os recursos naturais necessários para a sobrevivência e o bem-estar dos povos indígenas; proceder a uma ação integral de base, valorizando atividades mais participativas e evitando a centralização decisória.

Então, pensar o etnodesenvolvimento é pensar a totalidade de um dado grupo, a melhor maneira de este caminhar ao longo dos anos frente aos desafios da modernidade. Agora, sem dúvida, é um conceito pensado e criado por nós cientistas, antropólogos, indigenistas, que vem sendo utilizado pelos povos indígenas a partir do momento que eles acham interessante, assim como muitos abraçaram o discurso ambientalista. Mas, certamente é um conceito que consegue atingir algo de que precisávamos para os debates e para o caminhar das políticas públicas, que pelo menos em tese busca uma diferenciação de fato para o conceito de “desenvolvimento”. (COSTA, 2009).

2.6 OS SERVIÇOS AMBIENTAIS PRESTADOS PELAS TERRAS INDÍGENAS

As florestas e outros ecossistemas oferecem à sociedade uma variedade de produtos e serviços. Os serviços ambientais oferecidos pelas florestas são diversos. Dentre eles, o mais reconhecido pelo mercado, e que vem sendo amplamente discutido pela sociedade, é o sequestro de carbono por meio do processo responsável pelo crescimento das florestas, a fotossíntese, como forma de mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

De acordo com o Governo do Estado do Amazonas (2010), segundo a Avaliação dos Ecossistemas do Milênio (AEM, 2005), serviço ecossistêmico refere-se às condições e os processos pelos quais os ecossistemas sustentam a vida humana. São, portanto, os resultados de toda a interação existente na natureza e possibilitam que a vida como conhecemos possa ocorrer sem maiores custos para a humanidade. Diversos são os serviços ambientais prestados de forma natural e gratuita pelos ecossistemas, para a manutenção de condições ambientais adequadas para a vida no Planeta. Os serviços ambientais fornecem alimentos, água, combustíveis, garantem o bom funcionamento dos processos naturais como o controle do clima, a purificação da água, os ciclos de chuva, a regulação do clima, a fertilidade dos solos e a reciclagem dos nutrientes necessários, por exemplo, para a agricultura.

De acordo com a Funai (2010), as emissões de gases do efeito estufa nos últimos 150 anos vêm causando alterações no clima da Terra. O modelo econômico baseado na queima de combustíveis fósseis, desmatamento descontrolado e exploração insustentável dos recursos naturais vêm causando aumento na temperatura acima de níveis compatíveis com a

sobrevivência da vasta biodiversidade existente no planeta Terra. Esse aumento tem gerado consequências diversas, como eventos climáticos extremos, alterações de regimes de chuva, redução das camadas de gelo polares e extinção de espécies.

Neste contexto, os povos indígenas desempenham um papel fundamental para a conservação da floresta e são os tradicionais guardiões das florestas na Amazônia. Eles representam verdadeiros nichos de conhecimentos tomados como extremamente relevantes para o futuro da humanidade. Seus sistemas de manejo dos recursos ambientais são exemplos desses conhecimentos que começam a ser reconhecidos, valorizados e estimulados em diversas instâncias políticas. Entender e desenvolver uma relação com esse fenômeno tornou-se muito importante para os povos indígenas, pois as alterações climáticas têm causado impactos diretos na vida cotidiana das aldeias, afetando a produção de alimentos e suas relações com os meios naturais, como a rotina de caça, pesca e coleta de frutos, além de ritos culturais. (FUNAI, 2010).

De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA, 2011), as terras indígenas na Amazônia têm se mostrado fundamentais para a conservação da cobertura florestal. Esse fato é visível nas regiões onde o desmatamento tem avançado com maior rapidez, como nos estados do Mato Grosso, Rondônia e sul do Pará. Tanto no levantamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), como no realizado pelos próprios estados, as terras indígenas aparecem como verdadeiros oásis de florestas, cercados de destruição. No entanto, ainda é tímido o reconhecimento da importância dessas áreas por parte dos órgãos ambientais estaduais e federais. Não há políticas públicas que agreguem o componente ambiental das terras indígenas e que invistam na sustentabilidade socioambiental atual e futura dessas terras e das populações que nelas residem.

2.7 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO X ECONOMIA SOLIDÁRIA

De acordo com Veiga (2001), o trabalho, em nenhuma sociedade humana, é função apenas do interesse do indivíduo. Onde quer que seja, o trabalho tem repercussões sociais: seja pelo acúmulo de conhecimento; pela contribuição à reprodução material e cultural do

grupo ou comunidade; à manutenção ou à transformação de formas de organização social, econômica e política.

De modo semelhante, em uma sociedade indígena, fabricar um colar feito com produtos da floresta, fazer panelas, ensinar o reconhecimento de remédios, adivinhar o futuro ou fazer uma roça são atividades que garantem a reprodução social. Em outras palavras, em toda sociedade indígena há muitas atividades voltadas à produção de valores-de-uso e à reprodução social em todos os seus aspectos.

De acordo com Luciano (2006), décadas de contato com a sociedade nacional produziram mudanças substanciais e irreversíveis na vida das aldeias e dos índios. Novas necessidades e demandas (bens de consumo, meios de transporte, ferramentas de trabalho etc.) fazem parte da luta diária da maioria das comunidades e, com elas, outras formas de “resolver” essas recentes ou antigas necessidades ou “atendê-las”.

Para Schroder (2003), maior parte das sociedades indígenas já foram integradas em sistemas de economia de mercado há várias gerações, sendo que a economia dos “brancos” transformou pelo menos uma parte das economias indígenas. Em outras palavras, atualmente é necessário questionar que economia indígena seja um sinônimo de “economia de subsistência”, como se os índios tradicionalmente não produzissem excedentes.

Como consequência de todo esse processo, percebemos uma rápida incorporação do discurso do Estado e a submissão a ele, que na atualidade oferece a idéia de projetos visando o desenvolvimento econômico como a solução mágica de todos os problemas que as comunidades indígenas enfrentam.

No entanto, Luciano (2006), questiona: Que tipo de sociedade indígena está sendo construído a partir dessa concepção de desenvolvimento?

Para Luciano, a primeira questão é a noção de que o desenvolvimento humano está associado necessariamente ao desenvolvimento econômico. Sendo assim, não há alternativa para os índios. Se pretenderem o desenvolvimento, têm que aceitar e se sujeitar à lógica do sistema, ou seja, do mercado. Do contrário, estarão condenados ao fracasso, ao atraso à “não-civilização”.

A segunda questão traz a noção de que o desenvolvimento econômico é algo necessário, inevitável e verdadeiro para a solução de todos os problemas da humanidade. O acúmulo de riquezas ainda que de forma ilegal, injusta, isto é, à custa da exploração da maioria oprimida, é considerada natural e correta para a garantia do equilíbrio social. Enfim,

todas as múltiplas dimensões da vida humana (social, cultural, política, espiritual, religiosa) ficaram reduzidas apenas à dimensão econômica.

A terceira questão é consequência desse tipo de relação social estabelecida a todos e que vem sistematicamente desvalorizando e desconhecendo as demais maneiras de organização social, política e econômica, como as formas tradicionais de subsistência dos diversos povos indígenas. Assim, as formas tradicionais de produção de alimentos, de distribuição territorial e social, vão sendo banidas da vida social e substituídas por novos valores ou contravalores que privilegiam a competição, a concorrência, o lucro a qualquer custo, a injustiça e a valorização dos interesses privados em detrimento dos interesses e dos direitos coletivos.

Para Rodrigues (2003), com o compromisso de resgatar a necessidade primordial da economia e o atendimento às necessidades humanas, surge o conceito da economia solidária - uma economia centrada na sociedade, gestada e gerida de forma solidária, com o propósito de eliminar essas desigualdades.

Para Singer (2003), é uma economia formada por empresas que praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão:

Economia solidária é um modo de organizar atividades econômicas de produção, consumo e poupança/crédito que almeja completar as igualdades de direitos entre os que se engajam nestas atividades. Empreendimentos solidários são autogestionários, o que significa que neles todas as decisões são tomadas pelos membros ou por pessoas eleitas que os representam. A economia solidária é essencialmente associativa, ou seja, todos são sócios, sendo incompatível com relações assimétricas, como as que se desenvolvem entre patrões e empregados. (SINGER⁵, 2003, *apud* RODRIGUES, 2003, p. 1)

Para Santos (2009), a associação entre a economia solidária e o etnodesenvolvimento possibilitou a constituição de empreendimentos econômicos solidários junto a várias comunidades indígenas.

Para Conaes (2010), a lógica econômica da economia solidária está assentada em valores e princípios que contrariam a cultura hegemônica da competição, acumulação e individualismo. Por isso, os desafios que têm sido enfrentados não têm se pautado apenas por uma resposta pontual à crise do emprego, mas como estratégia de desenvolvimento a partir da construção de novas práticas econômicas que tentam responder às necessidades e aspirações

⁵ SINGER, Paul. A economia solidária. **Teoria e debate**, São Paulo, v.47, p. 42-44, fev./ abr. 2001

de seus integrantes. E, assim, também desafiam a institucionalidade atual ao propor ao Estado novas regulações, como o direito ao trabalho associado.

3 OS ÍNDIOS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: O CASO DOS ÍNDIOS EM RORAIMA

Nos últimos anos, a questão indígena no Brasil vem ganhando destaques. A partir da década de 80 e principalmente com a promulgação da Constituição de 1988, as políticas públicas e os projetos de desenvolvimento colocados em ação pelo Estado passam a ganhar nova “roupagem”.

Não muito diferente dessa realidade, o Estado de Roraima possui uma grande vocação indígena natural, considerando o número de índios habitando o Estado e a quantidade de terras disponíveis para eles, seja elas em área de lavrado (cerrado) ou de florestas.

Dessa forma, este capítulo tem por objetivo fazer uma breve caracterização do Estado e da questão indígena na Amazônia e em Roraima, com dados importantes que ajudarão na análise e interpretação dos dados do próximo capítulo, que é o foco principal do presente trabalho.

3.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DE RORAIMA

Este tópico tem por objetivo fazer uma breve caracterização socioeconômica do Estado de Roraima, dissertando sobre alguns aspectos considerados importantes para o desenvolvimento deste estudo.

3.1.1 Geografia

O Estado de Roraima, localizado na Região Nortedo Brasil, ocupa uma área de 224.298,980 km². Sua capital é Boa Vista e é um dos 27 Estados da federação mais novos do Brasil. Está situado na Região Norte do país, sendo o estado mais setentrional da federação. Tem por limites a Venezuela ao norte e nordeste, Guiana ao leste, Pará ao sudoeste e

Amazonas ao sul e oeste. Ocupa uma área aproximada de 224,3 mil km², sendo o décimo quarto maior estado brasileiro (SEPLAN, 2009).



Figura 1 – Mapa Geopolítico do Estado de Roraima

Fonte: SEPLAN-RR (2011)

3.1.2 População

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população do Estado de Roraima é de pouco mais de 451.227 mil habitantes, distribuídos em 15 municípios, com densidade demográfica de 2,01 habitantes por km². Apesar de ser o Estado menos populoso, é uma das Unidades da Federação que mais aumentaram sua população em termos relativos, apresentando um crescimento médio anual de 3,34%, perdendo somente para o Amapá, com 3,45%.

Na área rural encontram-se 30,63 % da população, enquanto nas zonas urbanas vivem 69,37 % do total de habitantes do Estado. A cidade mais importante é a capital, Boa Vista, com 277.684 habitantes, seguida por Rorainópolis, com 21.983. O município menos populoso

é São Luiz do Anauá, com 6.221 habitantes. Sete dos 15 municípios do Estado foram instalados com a posse do cargo de seu primeiro prefeito, em 1º de janeiro de 1997.

Em torno de 61,57% da população do Estado está concentrada na capital, Boa Vista. Mas já se percebe uma leve interiorização da população, pois, no ano de 2007, essa taxa era de 65% (SEPLAN, 2009).

A população na faixa etária de 0 a 14 anos representa 33,01% do total de habitantes do Estado; entre 15 e 59 anos responde por 61,54%; e de 60 anos ou mais, representa 5,45% da população. Os homens são maioria no Estado de Roraima e respondem por 50,80% da população, enquanto as mulheres representam 49,20% do total de habitantes do Estado.

De acordo com Amaral (2009), até o início da década de 1990, seu crescimento demográfico deu-se em função da atividade garimpeira no Estado, que atraiu um contingente de imigrantes de todos os recantos do País até a proibição da atividade pelo Governo Federal. Após este período, sobretudo a partir de 2002, o fluxo migratório começou a declinar, tendo em vista que não houve nenhum fator econômico preponderante que alterasse a estrutura populacional. Todavia, um pequeno contingente mais qualificado é atraído pelos concursos promovidos pelas três esferas do serviço público (Federal, Estadual e Municipal).

3.1.3 Produto Interno Bruto

De acordo com a SEPLAN (2009), o PIB do Estado de Roraima (2006/2005) atingiu o valor de R\$ 3.660 milhões a preços de mercado corrente, o que representa variação nominal de 15,1%, maior que a variação média da Região Norte de 12,7% e obtendo uma participação de 0,15% do PIB Nacional. O crescimento real anula referente ao período 2006/2005 ficou em 6,3%, atrás apenas dos Estados do Ceará (8,0%), Espírito Santo (7,7%), Pará (7,1%) e Paraíba (6,7%), sendo que nesse ano o Brasil cresceu 4,0% e a Região Norte 4,8%. Com esse resultado, Roraima obteve a segunda maior taxa de crescimento da Região Norte. A “administração pública” tem 48,8% de participação no valor adicionado total do Estado.

3.1.4 Economia

A economia do estado se desenvolve através das atividades ligadas ao setor de serviços, da mineração, da indústria e da agroindústria. Os principais produtos agrícolas do estado são mandioca, milho, laranja e banana.

Com relação a agricultura, ainda é predominante a pequena propriedade, com baixo padrão tecnológico e pequeno emprego de capital. Na fruticultura, há o plantio de melancia, maracujá, limão, mamão, abacaxi e banana. O destaque da fruticultura no Estado é a produção de banana na região Sul do Estado, onde os municípios de Caroebe e Rorainópolis representam 66% da produção, sendo que a maior parte da produção é exportada para Manaus-AM. (SEPLAN, 2009).

A pecuária é uma atividade econômica tradicional do Estado. A quantidade e a qualidade dos pastos são alteradas nas áreas de lavrado, principalmente no período da seca. As maiores experiências nas técnicas de pastos plantados ocorrem no Sul do Estado. A piscicultura em Roraima apresenta um grande potencial, favorecida pelos recursos hídricos, genéticos, climáticos e técnicos, permitindo uma boa produção, onde grande parte é exportada também para o mercado de Manaus-AM. (SEPLAN, 2009).

O setor industrial de Roraima é formado basicamente por um conjunto de micro e pequenas empresas dedicadas a produção de bens de transformação e da construção civil. Destacam-se ainda a indústria moveleira, padaria, olaria, beneficiamento de couro e outras menos expressivas. (SEPLAN, 2009).

De acordo com Silva (2010), como um estado amazônico, Roraima tem o desafio de encontrar o equilíbrio entre preservar e desenvolver. Deve-se atender as necessidades da geração atual, sem comprometer o potencial de suprir as necessidades das gerações futuras.

3.1.5 O Potencial Florestal do Estado de Roraima

De acordo com Tonini (2006), Roraima é um dos Estados Amazônicos que possuem o maior número de ecossistemas, variando de florestas tropicais densas e abertas, savanas e

florestas tropicais de altitude. Para Amaral et al. (2008), em Roraima há abundância de florestas ricas em madeira de valor comercial e produtos florestais não madeireiros (andiroba, castanha-do-brasil, cipós, etc). Essas florestas têm grande importância para a conservação da biodiversidade e regulação do clima (local, nacional e global). Além disso, essas florestas abrigam ricos depósitos minerais e possuem grande beleza cênica para o Eco e o Etnoturismo.

De acordo com o Instituto de Terras e Colonização de Roraima (ITERAIMA), se consideramos as áreas indígenas e as áreas de Unidades de Conservação de Uso Direto (Tabela 2), o Estado possui cerca de 46,37% (106.131km²) de área de floresta com potencial para a produção florestal, com predominância de espécies de valor comercial para produção de madeira e de produtos florestais não madeireiros.

Para Amaral et. al (2008), as florestas de Roraima possuem aptidões para diversas atividades baseadas no manejo florestal. As áreas indígenas são exemplo disso. No entanto, existem restrições legais para o manejo madeireiro nessas terras indígenas.

RORAIMA	Área (km²)	%
Reservas Indígenas – FUNAI	103.641,48	46,21%
Áreas de Preservação - IBAMA	28.900,55	12,88%
Área de Preservação Ambiental	14.798,76	6,60%
Áreas sob domínio do INCRA	10.913,00	4,87%
Áreas do Ministério da Defesa	2.757,10	1,23%
Área remanescente do Estado	63.290,10	28,22%
Area total	224.301,00	100,0%

Tabela 1 – Distribuição das Terras do Estado de Roraima

Fonte: SEPLAN (2009)

Do total de Terras da União (tabela 3), maior parte delas são áreas remanescentes. Apesar de ocupar apenas 15,68% do Território, os Projetos de assentamento são responsáveis por 77% dos desmatamentos acumulados até o ano de 2007 (INPE⁶, 2008, *apud* BARNI, 2009), com taxas de desmatamento *per capita* cerca de 3,4 vezes maiores do que fora deles neste período.

⁶ INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Projeto PRODES. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes>>. Acesso em 27 de Jul. 2007.

	Km²	Há	%
UNIÃO	76.242,18	7.624.218,0888	100,00
Projetos de Assentamentos - INCRA	11.952,55	1.195.255,2340	15,68
Imóveis Rurais	6.182,00	618.200,0000	8,11
Áreas Remanescentes	58.107,62	5.810.762,8548	76,21

Tabela 2 – Distribuição das Terras da União

Fonte: SEPLAN (2009)

Desse modo, de acordo com Amaral et. al. (2008), acredita-se que o desenvolvimento do setor florestal em Roraima deve ser calçado na utilização do espaço sob influência humana, evitando-se a antropização ou abertura de novas áreas. É pertinente destacar que o uso e conservação destas florestas previnem incêndios florestais, que têm caráter periódico na região. Além disso, o uso sistemático de florestas sob plano de manejo promoverá de forma segura a redução de focos de calor (queimadas) na região.

3.2 OS ÍNDIOS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

De acordo com a FUNAI (2011), hoje, no Brasil, vivem mais de 800 mil índios, cerca de 0,4% da população brasileira, segundo dados do Censo 2010. Eles estão distribuídos entre 683 Terras Indígenas e algumas áreas urbanas.

Nos últimos anos, a população indígena no País vem aumentando de forma contínua, a uma taxa de crescimento de 3,5% ao ano. Para a FUNAI (2011), esse número tende a crescer devido à continuidade dos esforços de proteção dos índios brasileiros, queda dos índices de mortalidade, em razão da melhora na prestação de serviços de saúde, e de taxas de natalidade superiores à média nacional.

Para Costa (2009), os povos indígenas no Brasil, nas últimas décadas, vêm presenciando mudanças significativas em busca de autonomia e rumo ao protagonismo indígena. Os projetos de desenvolvimento colocados em ação pelo Estado passam a ganhar nova “roupagem” a partir da década de oitenta do século passado, com a promulgação da

Constituição Brasileira de 1988 e com o fim da ditadura militar. A questão ambiental passa a ser um dos principais temas da atualidade, e a preocupação com o uso e manejo de recursos naturais em Terras Indígenas ganha ênfase diante dos desafios em busca da sustentabilidade territorial.

De acordo com Athias (2005), as terras indígenas situadas na Amazônia Legal, nestes últimos anos receberam um apoio significativo nos processos de identificação, demarcação e homologação, através do Projeto de Proteção as Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), com recursos provenientes do PPG-7 enquadradas no argumento de proteção das florestas tropicais. Quase as totalidades dessas terras já foram identificadas e muitas delas já se encontram demarcadas, inclusive com a participação efetiva das comunidades indígenas.

Athias (2005) afirma ainda que o movimento indígena vem através de suas manifestações políticas reivindicando maior autonomia. E o governo vem dando indicativos de uma maior participação. Ou seja, ampliar a participação dos índios nos processos decisórios. E isso pode representar um passo para pensar na autonomia das populações indígenas. O processo de busca da autonomia representa, em última análise, um pacto entre a sociedade nacional (cuja representação assume o Estado Nacional) e os grupos étnicos que reclamam o reconhecimento de seus direitos históricos. Esse acordo será o resultado de um grande processo de discussão envolvendo os dois lados. E esse processo não acabará simplesmente com o estabelecimento de uma legislação para governos autônomos, mas será consolidado aos poucos em ajustes administrativos.

A tabela abaixo mostra a distribuição da população indígena por região:

Região	População Indígena	% do total
Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Pará, Tocantins)	305.873	37,40
Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe)	208.691	25,51
Centro Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul)	88.311	10,80
Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo)	140.143	17,13
Sul (Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina)	74.945	9,16
Total	817.963	100%

Tabela 3: Distribuição da população indígena, por região

Fonte: IBGE, 2010

Como é possível observar, 37,40% do total da população indígena está concentrada no Norte do Brasil, sendo que o Estado do Amazonas é o que tem um maior número de indígenas do Brasil: 20,62%. O Estado com o menor contingente indígena é o Estado do Rio Grande do Norte, com 2.597 indígenas, representando apenas 0,32% do total de indígenas no Brasil.

Estado	População indígena	% do total
Acre (AC)	15.921	1,95
Alagoas (AL)	14.509	1,77
Amapá (AP)	7.408	0,91
Amazonas (AM)	168.680	20,62
Bahia (BA)	56.381	6,89
Ceará (CE)	19.336	2,36
Distrito Federal (DF)	6.128	0,75
Espírito Santo (ES)	9.160	1,12
Goiás (GO)	8.533	1,04
Maranhão (MA)	35.272	4,31
Mato Grosso (MT)	42.538	5,20
Mato Grosso do Sul (MS)	73.295	8,96
Minas Gerais (MG)	31.112	3,80
Pará (PA)	39.081	4,78
Paraíba (PB)	19.149	2,34
Paraná (PR)	25.915	3,17
Pernambuco (PE)	53.284	6,51
Piauí (PI)	2.944	0,36
Rio de Janeiro (RJ)	15.894	1,94
Rio Grande do Norte (RN)	2.597	0,32
Rio Grande do Sul (RS)	32.989	4,03
Rondônia (RO)	12.015	1,47
Roraima (RR)	49.637	6,07
Santa Catarina (SC)	16.041	1,96
São Paulo (SP)	41.794	5,11
Sergipe (SE)	5.219	0,64
Tocantins (TO)	13.131	1,61
Total	817.963	100

Tabela 4: Distribuição da população indígena, por Estado

Fonte: IBGE, 2010

3.3 OS ÍNDIOS EM RORAIMA

De acordo com a FUNAI (2006), historicamente, pequenos projetos econômicos tiveram início nos anos 1980, impulsionados pela Diocese de Roraima e pela FUNAI. Desenvolver a economia local em projetos de auto sustentabilidade é uma exigência feita pelos indígenas de Roraima. Muitos já estão acostumados aos meios de produção capitalistas e querem intensificar, dentro de seu ambiente cultural, essa relação.

De acordo com Castro (2010), em termos de terras indígenas como percentagem do total da sua superfície, Roraima é, de longe, o campeão, com 46,24%, seguido do Amazonas, Pará, Rondônia e Acre com 21,63%, 19,28%, 17,25% e 11,89%, respectivamente. Os demais estados possuem menos de 10% de suas terras como territórios indígenas.

Um dos mais recentes acontecimentos do Estado refere-se a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. A TI é formada por uma área contínua de 1,7 milhão de hectares, dividida entre imensas planícies e cadeias de montanhas, na fronteira do Brasil com a Venezuela. Nela vivem cerca de 20 mil índios, a maioria deles da etnia Macuxi. Entre os grupos menores estão os Wapixanas, Ingariós, Taurepangs e outros.

Alvo de uma disputa entre grupos indígenas e agricultores/fazendeiros que ocupam a região, o caso ganhou repercussão internacional. Em 2008, por meio de operações da Polícia Federal, todos os não índios que habitavam a aérea tiveram que desocupar e hoje a área é habitada somente por indígenas.

De acordo com a Secretaria de Estado do Índio (SEI, 200?), as áreas de floresta e de outros ecossistemas distintos da savana somam aproximados 185 mil Km² em Roraima. As populações Yanomami, Yekuana, Waimiri-Atroari e Waiwai são os principais grupos situados nesses ambientes. Tratam-se de sociedades que retiram seu sustento da floresta, onde as atividades econômicas envolvendo a horticultura, a caça, a pesca e a coleta ainda apresentam vitalidade, na maioria dos casos.

Roraima possui em torno de 7,7 milhões de hectares de áreas de floresta em Terras Indígenas (SEPLAN, 2009). Esses dados demonstram o potencial das áreas indígenas para a utilização dos recursos florestais. Algumas literaturas afirmam que, apesar de não serem "naturalmente ecologistas", os índios têm consciência da sua dependência em relação ao meio

ambiente. Em função disso, desenvolveram formas de manejo dos recursos naturais que têm se mostrado fundamentais para a preservação da cobertura florestal no Brasil.

Extensão total de Roraima (ha)	22.411.800 ¹
Extensão total de TI em RR (identificadas, declaradas e homologadas) (ha)	10.311.679 ²
Participação das TI na Extensão Total de Roraima (%)	46,21 ³
Total de área indígena localizada em floresta (ha)	7.776.169 ³
Participação das Terras Indígenas em área de floresta (%)	75,41
População total de Roraima	451.227 ¹
População indígena em Roraima	49.637 ¹
Participação da população indígena em Roraima (%)	9,17

Tabela 5 - Dados de área e população indígena e não indígena de Roraima

Fonte:

¹ (IBGE, 2010)

² (ISA – Instituto Socioambiental, 2008)

³ (SEPLAN-RR, 2009)

A tabela 6 mostra a vocação natural da população indígena de Roraima com os recursos florestais, já que cerca mais de 75% do total da área indígena em Roraima é composto por esse tipo de vegetação.

Esse dado é importante, já que pode contribuir no estabelecimento de políticas públicas de fomento às comunidades indígenas, pois percebe-se que, tão importante quanto as comunidades que habitam as áreas de cerrado do Estado são as comunidades que vivem em áreas de floresta. E em termos de geração de oportunidades de negócios sustentáveis, as áreas de florestas possuem vantagens superiores às áreas de cerrado, devidos a grande concentração de recursos naturais.

A TI WaiWai foi a segunda Terra Indígena do complexo cultural Tarumã-Parukoto a ser delimitada e demarcada e fica localizada no Estado de Roraima, nos municípios de Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá. A TI foi declarada de posse dos grupos indígenas, determinada sua demarcação pela Portaria nº 1441/E, de 05 de outubro de 1982. No entanto, somente no dia 23 de junho de 2003, foi homologada a TI Wai Wai, com uma área total de 405.698 há.

De acordo com os dados do ISA (2006) a população Wai Wai (povo da tapioca, segundo outros grupos que com eles se relacionam) no Brasil é de aproximadamente 2.805 pessoas.

Para Souza (2008), segundo os dados históricos levantados e descritos por viajantes e missionários, demonstraram que, pelo menos desde o século XVII, os povos indígenas WaiWai vêm sendo contactados. Atualmente o povo WaiWai vive distribuído ao longo dos rios Jatapú, Jatapuzinho (Terra Indígena Trombeta Mapuera) e Anauá.

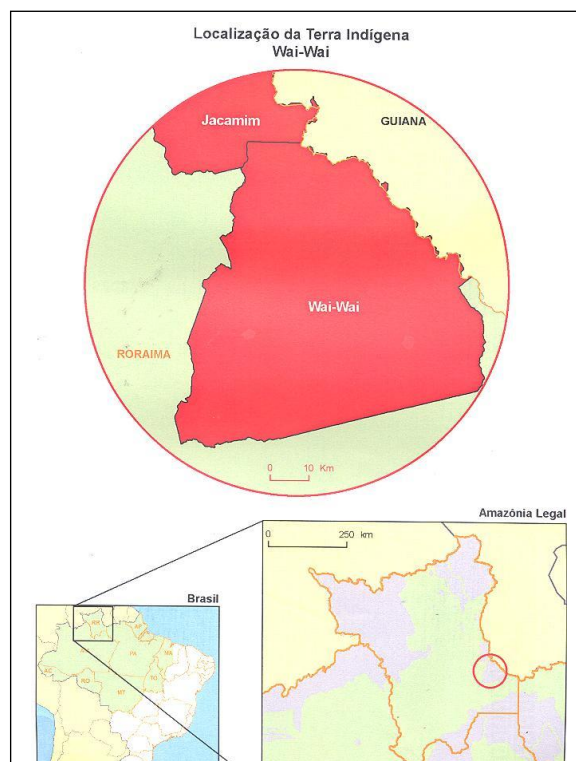


Figura 3: Localização da Terra Indígena WaiWai

Fonte: FUNAI (2008)

A população indígena WaiWai vive em casas construídas em estilo tradicional, do tipo de cobertura de palha, paredes de madeira e piso de barro e, algumas poucas, no modelo regional, com a inserção da telha de amianto. a cultura dos indígenas WaiWai ainda é mantida a língua, que é falada em todas as comunidades, bem como as pinturas corporais, as danças e as comidas tradicionais.

3.5 BREVE RELATO SOBRE A INFLUÊNCIA DA INSERÇÃO DA RELIGIÃO NAS COMUNIDADES WAIWAI

Neste tópico irei dissertar brevemente da influência da religião no modo de vida das comunidades indígenas. Vale ressaltar que esse assunto aborda mais a questão antropológica, não discutindo muito sob o aspecto econômico, que é o foco do estudo. No entanto, essas informações são importantes, pois ajudarão no melhor entendimento dos resultados apresentados em seguida.

Os primeiros registros com a religião junto aos indígenas WaiWai datam do século XVII, quando Frikel⁷ (1958, *apud* QUEIROZ, 2008), relata que, de 1725 a 1759, havia uma missão católica no baixo Nhamundá, próximo ao Rio Amazonas, que, por sua vez, tinham “descidos” das margens do rio Trombetas pelo Frei Francisco de São Manços.

Durante a década de 1800 até por volta de 1950, vários outros registros foram realizados por pesquisadores, geógrafos, dentre outros, visando fazer o reconhecimento da área, bem como tentar aproximações com as tribos indígenas que habitavam aquela região. Dentre eles, coube a Robert Schomburgk, geógrafo prussiano encarregado pela Grã-Bretanha para explorar o Sul da Guiana Inglesa, nas décadas de 1830 a 1840, fazer os registros mais detalhados sobre os índios na região (HOWARD⁸, 2002: 32, *apud* QUEIROZ, 2008), de

⁷ FRIKEL, Protásio. Classificações linguístico-etnológica das tribos indígenas do Pará setentrional e zonas adjacentes!. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 6, 1958.

⁸ HOWARD, Catherine Vaughan. Pawana: a farsa dos “visitantes” entre os Waiwai da Amazônia setentrional. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: NHII-USP/FAPESP, 1993.

acordo com Guppy⁹ (1958: 32, *apud* QUEIROZ, 2008), botânico inglês que visitou a região de fronteira do Brasil e da Guiana, no final de 1952 e início de 1953.

De acordo com Oliveira (2010), o início da evangelização ocorreu de fato depois, do final da década de 1940 em diante, com o estabelecimento de missionários evangélicos norte-americanos da *Unevangelized Fields Mission* (UFM) na região.

De acordo com Oliveira (2010), o início da evangelização ocorreu de fato depois, do final da década de 1940 em diante, com o estabelecimento de missionários evangélicos norte-americanos da *Unevangelized Fields Mission* (UFM) na região. Sua estratégia de evangelização envolveu a atração de um grande contingente indígena para as imediações da sua base de trabalho na Guiana. Os índios atraídos eram provenientes também do território Brasileiro, e foram alfabetizados em waiwai, para que assim pudessem ler a Bíblia, traduzida pelos missionários.

Esses missionários são fundadores, no Brasil, da Missão Evangélica da Amazônia (MEVA). Ao contrário de grupos ameríndios que ao longo dos anos mostraram uma relação inconstante com a religião cristã, alternando períodos de empenho religioso com períodos de apostasia, os Waiwai apresentam uma estabilidade em sua trajetória há quase sessenta anos.

De acordo com Ferreira (2010), os esforços dos missionários da UFM e também da MEVA/RR a partir da década de 1950 fio a implantação do contato com os Wai-Wai através da escrita, ressaltando um interesse especial no projeto de transcrição da bíblia sagrada para a língua Wai-Wai. Essa transcrição se iniciou ainda na década de 50, mas só em 2001 a UFM em parceria MEVA/Boa Vista/RR publica a “Kaan Karitan – a bíblia sagrada na língua uaiuai”, que traduz o novo e o velho testamento.

Nos dias de hoje, quase todas as famílias possuem a Bíblia traduzida, e as maiores aldeias possuem igrejas que realizam diversas atividades por semana, lideradas por pastores nativos.

⁹ GUPPY, Nicholas. **Waiwai**: through the forest north of the Amazon. London: John Murray Publishers. 1958.

3.6 INICIAÇÃO ÉTNICA NA TI WAI WAI

Neste tópico, falarei do meu início de contato com os indígenas da Terra Indígena WaiWai e da negociação da minha pesquisa sobre suas relações econômicas. Relatarei alguns aspectos do modo de vida dos indígenas em seu cotidiano e minha convivência com eles.

A minha atividade profissional é de analista técnico de projetos do SEBRAE-RR. Por meio dos planejamentos estratégicos dessa instituição, foi priorizado no PPA (Planejamento PluriAnual) 2010-2013 o Projeto FLORESTAR RORAIMA, onde fui designado a ser gestor desse projeto. O projeto visa apoiar o fortalecimento de organizações de base comunitária que tenham como foco o fortalecimento da produção florestal.

A partir daí procurei estreitar o máximo de contato com as possíveis instituições que pudessem apoiar o projeto, bem como as entidades que, lideranças e pessoas que pudessem participar do projeto. Após mapeamento e contatos prévios já estabelecidos, identificamos a APIW (Associação dos Povos Indígenas Wai Wai) para participar como público alvo e, a partir daí, os primeiros contatos com essa etnia foram estabelecidos.

Essa progressiva inserção no cotidiano dos indígenas nas discussões das atividades do projeto foi fundamental para minha aceitação como gestor de projeto, bem como contribuiu no bom desenrolar deste projeto de pesquisa. Além disso, essas relações étnicas estabelecidas entre este povo indígena foram momentos de muito aprendizado e desenvolvimento como pessoa e como profissional.

3.7 UM BREVE HISTÓRIO DA COMUNIDADE INDÍGENA ANAUÁ

De acordo com Ferreira (2010), a comunidade Anauá foi instalada no ano de 1989, ocasião em que os índios WaiWai chegaram pelo Rio Anauá fugindo de uma guerra contra os índios da etnia Waimiri Atroari, da TI do mesmo nome. Chegando no local onde hoje é a comunidade, os índios WaiWai se fixaram lá e estão morando na região até a atualidade.

No início do estabelecimento da comunidade na região, o conflito com os brancos foi inevitável, principalmente porque as áreas ocupadas pelos Wai Wai já haviam sido ocupadas

pelos agricultores, posseiros e garimpeiros. Mas isso logo se resolveu e as relações de contato e comércio tornaram-se cada vez mais intensas. Atualmente a relação entre esses dois povos tem se revelado amistoso.

Habitam na comunidade 200 indígenas, distribuídos em 32 famílias. Com esses dados, percebe-se uma alta taxa de natalidade, onde a média de indígenas por família é superior a 06 pessoas.

A comunidade já dispõe de infra-estrutura básica, como: 01 escola de ensino fundamental até a 4ª série (Escola Estadual Indígena Anauá), onde estudam 87 alunos; 01 posto de saúde, 01 igreja, 01 malocão, 12 barcos de madeira utilizados para transporte da castanha-do-brasil, 04 barco de alumínio, 20 motores de polpa e 07 motos.



Figura 4: Pose da comunidade para a foto

Fonte: Arquivo do autor

Partindo-se de Boa Vista-RR, o acesso à área é feito pela Rodovia BR 174 até o entroncamento da Perimetral Norte, BR 210, seguindo por esta até São Luiz do Anauá. A partir daí, segue-se pela vicinal 21 até a ponte do rio Anauá, último trecho possível de ser

atingido por terra. Desse ponto, segue-se pelo rio Anauá até a aldeia. Neste percurso gasta-se de duas a seis horas de viagem, dependendo do volume de água, da potência do motor utilizado e do tamanho da embarcação.

Outra opção para chegar até a comunidade é o acesso por terra pelo município de São João da Baliza. Chegando no município, pega-se a vicinal 29, chegando até a comunidade Xari, já dentro da Terra Indígena WaiWai. De lá até a Comunidade Anauá, percorre-se em torno de 10km. No entanto, esse acesso ainda só é possível no período do verão, devido às grutas existentes na estrada, tornando ela intrafegável em período chuvoso.

4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS: O MODELO ECONÔMICO DA COMUNIDADE ANAUÁ, NA TERRA INDÍGENA WAI WAI

Este capítulo objetiva fazer uma análise do modelo econômico da Comunidade Indígena Anauá, localizada na Terra Indígena Wai Wai, Sul de Roraima, fazendo uma contextualização dessa comunidade e da Terra Indígena onde ela vive, além de identificar a seu modo de vida, sob o aspecto econômico, dentre outros itens básicos necessários a análise e interpretação dos dados. Nesse levantamento, a questão antropológica não terá muita ênfase, já que o foco do estudo é a economia.

A pesquisa de campo foi realizada na própria comunidade Anauá, através da aplicação de questionários, onde se procurou obter informações referentes às atividades desenvolvidas na comunidade para a subsistência das famílias, excedente de produção (caso haja), a relação da comunidade com os produtos da floresta, além da forma de organização social utilizada na comunidade.

O questionário aplicado foi realizado através de informações subjetivas, já que, nos levantamentos prévios realizados da comunidade, constatou-se a falta de qualquer registro financeiro sobre produção, venda, relação de troca. Com isso, se tornaria difícil aplicar um questionário com um detalhamento de informações mais preciso.

Os questionários foram aplicados entre os meses de fevereiro e março de 2011. Via de regra, observou-se que ainda hoje o meio de sustento das famílias ainda é a subsistência, ou seja, preparação de roça para a produção de alimentos básicos necessários a alimentação das famílias. No entanto, uma pequena parte dessa produção é usada para a comercialização nos municípios próximos da comunidade para a compra de insumos que não produzidos nas roças das famílias.

Outro aspecto importante é a auto-sustentação das comunidades com a extração dos produtos da floresta. A Castanha do Brasil é o principal produto coletado da floresta e a sua comercialização é a que mais se aproxima do atual modelo capitalista.

Em resumo, esta pesquisa procurou caracterizar o modelo econômico adotado na Comunidade Anauá, avaliando até que ponto a economia desses povos indígenas é apenas de subsistência ou poderia ser caracterizada de alguma maneira como economia de mercado. Além disso, foram levantadas as políticas públicas vigentes na atualidade e os seus impactos

positivos ou negativos ao desenvolvimento sustentável. Na última parte, são apresentadas as conclusões da pesquisa.

4.1 PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS E ATIVIDADES ECONÔMICAS DOS ÍNDIOS WAI WAI NA COMUNIDADE INDÍGENA ANAUÁ

Este tópico tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa de campo realizada na Comunidade Anauá. A pesquisa buscou levantar informações sobre o modo de vida desses indígenas mais relacionados sob o aspecto econômico e, posteriormente, fazer uma comparação com quais modelos contemporâneos esses povos estão adequados.

4.1.1 A agricultura

Para Schroder (2003), a agricultura junto aos povos indígenas, representa pelo menos 50% de suas atividades econômicas. Além disso, a diversidade dessas atividades e os excedentes produzidos podem garantir uma alimentação rica e variada. Isso foi relatado por Lizot (1978¹⁰, 1980¹¹, *apud* SCHRODER, 2003) junto aos Yanomami, onde a agricultura e a caça eram responsáveis por 90,6% das calorias e por 83,0% das proteínas ingeridas.

De acordo com o ISA (2011) o ciclo anual dos índios WaiWai se alterna entre a época seca e a época chuvosa, sendo a primeira farta em comida e vida coletiva, e a segunda, ao contrário, marcada pelos recursos mais escassos, fazendo com que as famílias WaiWai se dispersem em roças mais distantes.

De acordo com levantamento realizado na comunidade Anauá, as roças são preparadas (abrindo-se o espaço pela derrubada, queima e limpa) entre agosto e setembro, quando acaba o período das chuvas, e o plantio é feito entre janeiro e março, em trabalho realizado de forma comunitária. As principais espécies cultivadas na Comunidade Anauá são: abacaxi, banana (diversas espécies), cana-de-açúcar, tubérculos como cará e batatas (diferentes tipos) e,

¹⁰ LIZOT, Jacques. *Economie primitive et subsistence*. Libre, 4: p. 69-113, 1978.

¹¹ LIZOT, Jacques. *La agricultura Yanomami*. *Antropológica*, 54, p. 3-93, 1980.

sobretudo, a mandioca brava, da qual fazem, após extrair a toxina, o beiju, farinha e bebidas de tapioca (goma).

A maior parte dos produtos extraídos das roças são para o próprio consumo das famílias. No entanto, quando há excedente de produção, as famílias comercializam nos municípios próximos a comunidade¹², ou esse excedente é trocado por algum produto básico de necessidade das comunidades (gasolina, itens para alimentação não produzidos na roça – sal, açúcar, óleo, etc).

4.1.2 A caça

De acordo com Schroder (2007), entre os povos indígenas na Amazônia, a caça nas comunidades indígenas é principalmente um complemento, sendo o complemento principal em 53,6% e o complemento secundário em 33,9%. A caça, geralmente é uma atividade masculina, representando as caçadoras exceções dos padrões culturais.

Na comunidade Anauá, além da agricultura, suas atividades de subsistência se baseiam na caça. Os principais produtos da caça são: anta, veado, porco do mato, macaco (coatá, guariba, prego), mutum, jacamim, cutia, paca, tatu, jabuti, tucano, araras etc. As aves são também caçadas por sua plumária, pois as penas são utilizadas no artesanato.

Queiroz (2008, p. 242), constatou que “[...] os mitos e conhecimentos adquiridos pelos WaiWai, em torno do mundo natural, dão um destaque especial ao mundo dos animais, e só de uma forma marginal se ocupam da natureza e das plantas cultivadas”.

Esse modelo confronta com o que Schroder (2003, p. 31) afirma que “[...] o número de povos que são principalmente caçadores e coletores é muito reduzido na Amazônia”. Isso confirma que a caça tem um lugar de destaque na sociedade WaiWai.

¹² O município de São Luiz é o mais próximo da comunidade e absorve grande parte dos produtos da agricultura cultivados por eles (banana, farinha, etc). De acordo com Ferreira (2010), o contato é tão constante que muitas vezes as negociações são feitas por telefone e quando os índios tiram a sua produção para a cidade ela já está vendida.

4.1.3 O artesanato

Para Perota (2007), o conceito antropológico do artesanato é de um objeto único, de representação étnica e contextualizado historicamente. Assis et. al. (2009) afirma que o artesanato, nas comunidades indígenas, é prática de suma importância para a reprodução material e imaterial, em que se revelam os vínculos estabelecidos com a Natureza, sobretudo na utilização de matérias-primas importantes à sua confecção, bem como nas mediações construídas com a sociedade nacional, incorporando, também, para além do seu uso nas práticas comuns dos indígenas, a dimensão como mercadoria.

Não muito diferente dessa realidade, o artesanato na Comunidade Anauá é tido como um item que caracteriza a identidade local, valorizando os produtos nativos existentes na região, fazendo com que a cultura da localidade se fortaleça. A matéria-prima para a produção do artesanato é toda ela retirada da floresta. Os materiais existentes são retirados, de modo que as pessoas mais experientes tenham habilidade de praticar a produção e colocando em prática as suas experiências e saberes tradicionais, trabalhando seu conhecimento junto com os mais jovens, seja na produção para própria comunidade ou mesmo para a comercialização.



Figura 5: Artesanatos produzidos pelos índios Wai Wai
 Fonte: Pablo Felipe (Coletivo Canoa Cultural, 2011)

O artesanato na Comunidade Anauá é uma característica forte de atividade de auto sustentação. Ele é produzido principalmente quando as famílias desejam adquirir itens industrializados. Os principais artesanatos produzidos são: Colar, pulseira, cinto, tanga, tiara,

peneira, tipiti, jamanxim, abano, arco e flecha, remo. Grande parte desses artesanatos são produzidos com sementes e outra parte é produzida com madeira extraída da floresta.

Boa parte do artesanato é levada para ser vendida em Boa Vista e em Manaus-AM. Outra parte dessa produção é comercializada quando a comunidade vai participar de alguma feira ou festejo na região ou quando já possui uma demanda para esse tipo de produto.

4.1.4 A pesca

De acordo Schroder (2007), com algumas exceções de grupos localizados longe de um rio produtivo, a maioria das populações indígenas em floresta de terra firme depende mais da pesca do que da caça. Na época das enchentes, porém, o volume e o aspecto turvo da água dificultam a pesca tornando a caça uma fonte de alimento mais certa nessa época.

Não muito diferente, os índios Wai Wai da comunidade Anauá têm na pesca um dos principais complementos alimentares. Os peixes mais comuns são: trairão (aimara), surubim, pacu, piranha, etc.

4.1.5 Outras fontes de renda

Uma minoria das pessoas da comunidade tem seu emprego como: professores, agentes indígenas de saúde, secretário de escola, merendeira e zeladora. Existem outras pessoas que recebem benefício do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), aposentados e outras estão no programa do Governo Federal que recebem Bolsa Família, e Vale-Alimentação, pelo Governo do Estado.

4.1.6 Auto-sustentação: O Extrativismo da Castanha do Brasil

A castanheira (*Bertholletia excelsa*) é uma árvore de grande porte, chegando a 50 metros de altura e 4 metros de diâmetro. Tornou-se popularmente conhecida como castanha-do-brasil, castanha-do-pará ou castanha-da-amazônia.

De acordo com Pinto (2010), as castanheiras do gênero *Bertholletia* ocorrem em toda a região amazônica, principalmente no Brasil, Bolívia e Peru, ocupando uma área total estimada em 325 milhões de hectares. No Brasil, ela é encontrada em todos os Estados da Amazônia Legal, em ambientes de terra firme, e os maiores produtores são os Estados do Acre, Amazonas e Pará. Cada parte utilizada da castanheira pode originar diversos produtos e subprodutos, para isso elas passam por diferentes tipos de beneficiamentos e/ou processamentos.

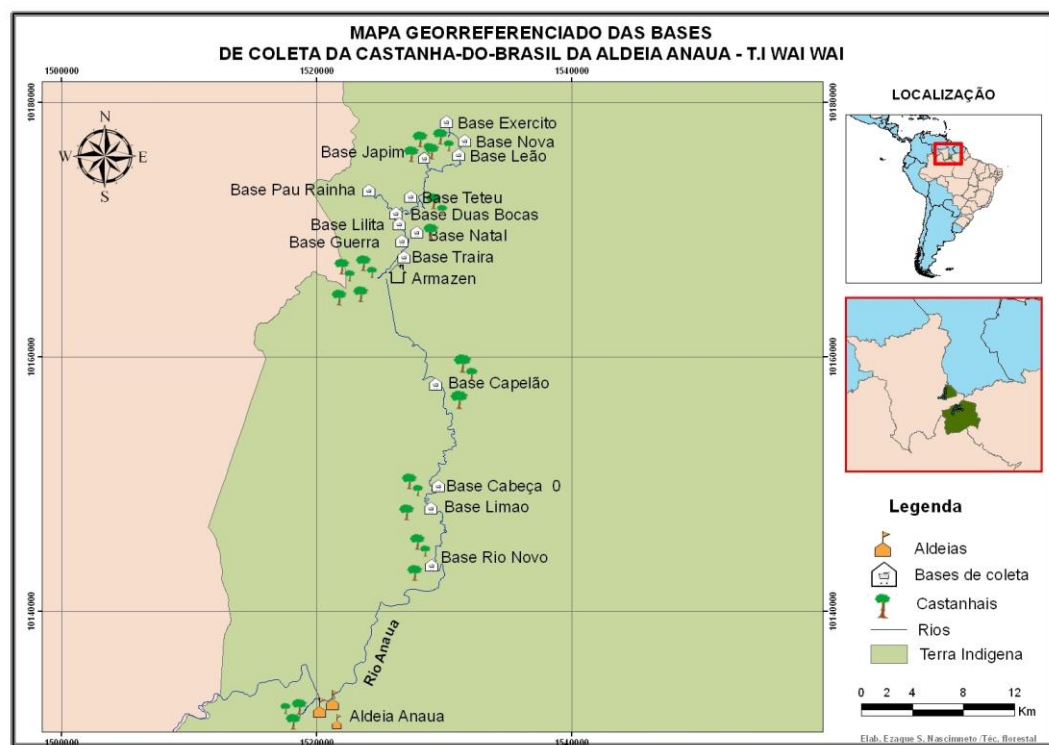


Figura 6: Mapa de localização dos Castanhais da Comunidade Anauá
Fonte: SEBRAE-RR (2011)

De acordo com Gutierrez (2006), a Castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*) é a principal fonte de renda das comunidades Wai Wai. Para ele:

[...] Já há muito tempo, as comunidades Wai Wai de Roraima veem extraindo a Castanha-do-Brasil como forma de auto-sustentação. Hoje uma das grandes preocupações dos Wai Wai é a valorização das plantas nativas. Por isso estamos trabalhando com o objetivo de aumentar nossos conhecimentos sobre essas árvores, para que futuramente todos conheçam mais ainda essa árvore e saibam de sua importância. As comunidades querem discutir sua importância e envolver os jovens estudantes e a comunidade para que todos preservem a flora e a fauna de sua região. Se as pessoas continuarem derrubando as castanheiras vão acabar com as árvores nativas de muitos séculos. Por isso, é importante desenvolver alternativas sustentáveis para a utilização racional dos pontos de castanhal na comunidade Wai Wai. (GUTIERREZ, 2006, p. 10)

Na época da colheita da castanha, a maioria das comunidades passam de dois a três meses na floresta coletando a castanha, mais especificamente entre os meses de maio a agosto, época em que todas as castanhas já caíram e que os rios estão cheios para o transporte fluvial. Portanto, essa atividade ocupa apenas alguns meses no ano, deixando as comunidades livres para desenvolverem outras atividades nas aldeias nos outros meses do ano.

De acordo com Ferreira (2010), o processo de extração da castanha é exaustiva, mas também muito lucrativo e requer toda uma estrutura previa, tanto de mão de obra quanto de recursos, principalmente financeiro. Devido tratar-se de um produto com altíssimo potencial de comercialização, não faltam compradores interessados nesse produto.



Figura 7: A grande árvore: A Castanha do Brasil

Fonte: Gutierrez, 2006

A comunidade Anauá e as demais comunidades da etnia WaiWai estão atualmente em processo de organização social, visando melhorar a qualidade, bem como o preço da Castanha-do-Brasil. O produto ainda é vendido para os atravessadores¹³. No entanto, até o ano de 2009, a comercialização da castanha funcionava como uma espécie de escambo, onde os atravessadores entravam em contato com as lideranças da comunidade e forneciam todo o suporte necessário para a extração do produto na floresta: gasolina, espingarda, facão, alimentos como óleo, açúcar, sal, feijão e outros. Quando retornavam com a castanha, eram descontados os valores dos materiais fornecidos e o restante eram pago em dinheiro ou em outros bens de acesso mais restrito, como canoas de alumínio e motores de poupa.

Com o início do Projeto FLORESTAR e com as capacitações que foram levadas para a comunidade, atualmente os índios WaiWai já têm mais conhecimento do valor comercial da castanha, que na região se concentra em grande quantidade em suas terras. Hoje eles analisam o preço do produto, que é cotado pelos mercados de Manaus e do Pará. Após essas análises, os extrativistas se reúnem em grupo e analisam o preço que pretendem comercializar a castanha, geralmente contada por sacas, bem como o custo de cada viagem - uma vez que as viagens são longas e têm um custo muito alto. Após essas análises, de forma coletiva eles negociam com os vários atravessadores que estão ansiosos por adquirir seus produtos.

Essa mudança na forma de comercialização já foi um avanço para a comunidade. No entanto, ainda está um pouco distante do ideal almejado por eles. A intenção é iniciar um processo de comercialização do produto ainda *in natura*, mas comercializando diretamente para as indústrias, eliminando a figura do atravessador.

Essa prática ainda não é possível no estágio em que os WaiWai se encontram atualmente, mas com a organização social do grupo por meio da associação que os representam, em futuro não muito distante, com todo o conhecimento que está sendo levado para a comunidade, esse processo poderá iniciar. Com isso, os índios poderão ser grande indutores do desenvolvimento sustentável da região.

¹³ Comerciantes do município de São Luiz que financiam a safra da castanha-do-brasil dos Wai Wai com capital investido por empresários de Manaus e Pará.



Figura 8: Logomarca de comercialização da Castanha-do-Brasil dos WaiWai

Fonte: SEBRAE-RR (2011)

De acordo como SEBRAE-RR (2011), nos últimos anos pôde se observar a evolução das comunidades WaiWai na extração e comercialização da Castanha-do-Brasil. Só no ano de 2010, tem-se o registro de renda bruta no valor de R\$ 389.452,00 (tabela 6) só com a comercialização da Castanha-do-Brasil, com um aumento na ordem de 108,04%, se comparado com o volume de comercialização de 2009. E de acordo com relato dos indígenas pesquisados, esse valor pode aumentar ainda mais, já que vários castanhais produtivos localizados em suas Terras, foram sequer explorados.

Em uma região onde existem poucas alternativas de produção e de geração de renda, pode-se considerar que o volume de recursos movimentados pelos indígenas o colocam em uma posição importante no ciclo econômico da Região Sul do Estado. Neste sentido, é cada vez mais importante o envolvimento e o apoio de entidades que possam levar o conhecimento à essas comunidades.

	Quantidade (t)	Preço	Valor total
2008	102*	60,00**	122.400,00
2009	104*	90,00**	187.200,00
2010	227.750***	85,5**	389.452,00

Tabela 6 - Comparação de preço e volume de comercialização da Castanha nos anos de 2008, 2009 e 2010

Fonte: SEBRAE-RR (2011)

Notas:

* A quantidade de sacas no ano de 2008 e 2009 são dados oficiais da SEPLAN (2011).

* Cada tonelada de castanha tem em média 20 sacos e um saco de castanha tem em média 50 kg. O preço da castanha é cotado em sacas e não em kg.

** Essas informações foram coletadas com base em informações primárias coletadas na região sobre o preço de comercialização da Castanha nos respectivos anos.

*** Essa produção é somente dos indígenas WaiWai. Nesses valores não está incluída a produção de Castanha de todo o Estado.

Neste sentido, é notório a importância da valorização desse produto pelas comunidades. Com a crescente valorização dos produtos da sociobiodiversidade e com o conhecimento adquirido pelos indígenas no que se refere às Boas Práticas de Manejo da Castanha, acredita-se que este produto já está sendo e será ainda mais a grande sustentação econômica dessas comunidades.

4.2 PRINCIPAL MODELO ECONÔMICO ADOTADO PELA COMUNIDADE ANAUÁ, NA TERRA INDÍGENA WAIWAI

Historicamente, o nomadismo¹⁴ era a prática mais utilizada pelos indígenas para as suas sobrevivências. Isso aconteceu até a década de 1500 com a chegada dos portugueses no Território Brasileiro. À medida em que os portugueses avançavam na apropriação das terras, aumentavam também os conflitos com os indígenas. De lá pra cá, muita coisa mudou. A territorialidade obrigou os indígenas a mudar seus modos de vida e entender o conceito da

¹⁴ Nomadismo é a prática de povos que vivem permanentemente mudando de lugar, sem ter base fixa de moradia.

limitação geográfica. A regularização das terras indígenas, por meio da demarcação se tornou o principal instrumento para a sobrevivência física e cultural dos vários povos indígenas que vivem no Brasil.

Não muito diferente dessa realidade, registros históricos mostram que os índios WaiWai viviam em um sistema de sobrevivência parecido com os que eram praticados desde os primórdios. Mas com a expansão da população não indígena na Amazônia, eles viram-se obrigados a procurar se estabelecer em lugares que garantissem suas sobrevivências.

Com os primeiros contatos estabelecidos com os WaiWai a partir da década de 1950 e com o fortalecimento da política indigenista nas últimas décadas, tornou-se imprescindível a necessidade da delimitação do espaço territorial a ser ocupado por eles.

Após vários anos de luta e conquista, hoje os índios WaiWai têm conhecimento dos seus limites geográficos e da sua importância no meio ambiente em que vivem. Nos últimos anos eles vêm tendo conhecimento também da importância de suas terras no contexto econômico e ambiental da região.

Um aspecto importante a considerar nas comunidades WaiWai foi a inserção da religião evangélica. De modo geral, podemos dizer que a religião foi um acontecimento que contribuiu para a formação da comunidade no modelo em que eles estão atualmente. De forma geral, em comunidades indígenas onde não se prega o evangelho, percebe-se que os malefícios do capitalismo vêm trazendo grandes mazelas para as comunidades.

Na atualidade, o alcoolismo está entre as principais ameaças da sobrevivência cultural de muitos povos indígenas. O consumo de bebidas alcoólicas entre índios vem aumentando a criminalidade e mudando as relações sociais em algumas comunidades indígenas do Estado. A ingestão de bebidas fermentadas como o Caxiri já é uma prática cultural comum nas comunidades indígenas. No entanto, as bebidas típicas têm sido substituídas por bebidas destiladas, em especial a cachaça, para serem consumidas no dia-a-dia, alterando a rotina, a cultura e o estilo de vida de muitos índios. Já nas comunidades WaiWai, devido às suas orientações religiosas – o evangelho, é proibido o consumo de bebidas alcoólicas. Isso vem trazendo benefícios para as comunidades.

A relação econômica entre os índios WaiWai e o mercado já é muito intensa. No entanto, ainda percebe-se um certo grau de dependência e imaturidade, devido ao pouco conhecimento do voraz mundo capitalista.

O acesso a produtos manufaturados e a novos conceitos de mundo, fez com que os índios WaiWai se adaptassem a um novo ritmo de vida. Hoje, esse povo luta por direitos básicos (escola, energia, projetos de fomento a produção, dentre outros), buscando criar para si, um modelo socioeconômico que se adéqüe as suas necessidades, sem perder sua identidade cultural.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo fazer uma caracterização do modelo econômico dos índios WaiWai, situados no Sul de Roraima, fazendo uma comparação com os modelos econômicos aplicados na sociedade contemporânea.

O referencial teórico mostra que os recursos naturais são escassos e que o aumento da população nos últimos séculos e conseqüentemente do consumo, tem gerado grandes impactos ambientais, fazendo com que o tema “meio ambiente” se tornasse estratégico e urgente no mundo. Isso já era profetizado por Malthus, quando dizia que “enquanto a população crescia em progressão geométrica, a produção de alimentos crescia em progressão aritmética”, causando um colapso na sociedade mundial.

Mas a Revolução Verde, que aconteceu no século XIX, impediu que essas previsões de Malthus se concretizassem. Mesmo assim, ainda não conseguimos mudar os padrões de consumo da nova sociedade, de forma a racionalizar a utilização dos recursos naturais. Enquanto menos recursos disponíveis, maior a demanda por eles. É a lei da oferta e demanda.

No mundo capitalista de livre mercado que vivemos atualmente e com os recentes acontecimentos ambientais - como a perda da grande parte da biodiversidade no mundo, o consumo de forma sustentável tem sido a principal luta para a garantia da regeneração dos recursos naturais.

As terras indígenas no Brasil têm sido importantes instrumentos de manutenção da biodiversidade. Os índios que nela habitam, convivem e desenvolvem formas sustentáveis de sobrevivência com meio ambiente.

Nessa perspectiva, o etnodesenvolvimento local tem sido uma grande oportunidade das comunidades indígenas no Brasil colocarem em prática o conceito do desenvolvimento sustentável, por meio da exploração de forma sustentável de seus recursos naturais. Pensar o etnodesenvolvimento é pensar a melhor maneira de uma comunidade indígena caminhar ao longo dos anos frente aos desafios da modernidade.

Os serviços ambientais prestados pelas terras indígenas também são instrumentos que estão se tornando cada vez mais importantes no mundo atual. Elas têm se mostrado fundamentais para a conservação da cobertura florestal.

O presente estudo procurou mostrar como os índios WaiWai estão inseridos atualmente nesse mundo globalizado. Percebeu-se nesse trabalho que de forma geral, os

índios WaiWai estão buscando um modelo de subsistência atendendo ao preceitos do desenvolvimento sustentável.

Sob o aspecto ambiental, percebe-se que os índios vivem em perfeita harmonia com o meio ambiente, já que a floresta tem sido aliada na garantia da segurança alimentar das comunidades. Além disso, não muito diferente do que afirma o presente estudo, na Terra Indígena pesquisada, percebe-se um verdadeiro “bolsão verde” que contribui para a manutenção dos serviços ambientais oferecidos pela floresta Amazônica. Ao seu redor, de forma contrária, concentra-se uma alta taxa de desmatamento.

Apesar da comunidade estar localizada próxima de centros urbanos, percebe-se também a manutenção da cultura indígena local. Mas esse aspecto não impede da comunidade estar se integrando ao mercado, já que vários produtos oriundos da floresta, em especial a castanha-do-brasil, são comercializados nesses centros urbanos, garantindo o atendimento das outras necessidades básicas de consumo.

Neste sentido, o modelo de mercado mais adequado a essas comunidades é a sua participação na economia do mercado justo ou mercado solidário. A criação da marca da “castanha-do-brasil dos WaiWai”, é um grande instrumento de diferencial do produto.

Considerando este estudo ora apresentado, demanda-se a manutenção desse modelo adotado pela comunidade, sem que haja uma mudança significativa na sua identidade original.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luciano Monteiro do. **Políticas públicas na Amazônia**: um estudo de caso da área de influência do Proambiente no Estado de Roraima. Dissertação de Mestrado (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Economia). Porto Alegre, 2009.

AMARAL et. al. Oportunidades e obstáculos para o desenvolvimento do setor florestal em Roraima. In: SEMINÁRIO DO APL MADEIRA E MÓVEIS DE RORAIMA, 3, 2008, Roraima. **Resumos**. Roraima: SEBRAE/IEL, 2008.

AMAZONAS, Governo do Estado. **O valor dos serviços da natureza – subsídios para políticas públicas de serviços ambientais no Amazonas**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Manaus, 2010.

ASSIS et. al. Produção e circulação do artesanato na Aldeia Indígena do Krukutu: revalorização dos saberes tradicionais. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5, 2009, Santa Maria. **Agricultura...** Santa Maria: UFSM, 2009.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002**. Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2002/d4339.htm>>. Acesso em 29 maio 2011.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 26 out. 2011.

BAPTISTA, Vinícius Ferreira. **A relação entre o consumo e a escassez de recursos naturais**: uma abordagem histórica. Saúde & Amb. , Duque de Caxias, v.5, n.1, p.8-14, jan-jun 2010.

BARNI, Paulo Eduardo. **Reconstrução e asfaltamento da Rodovia BR-319**: efeito “dominó” pode elevar as taxas de desmatamento no Sul do Estado de Roraima. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, Manaus, 2009.

CASTRO, Luciano. **Projeto de lei que autoriza a criação da Universidade Federal Indígena de Roraima (UFIRR), no Município de Pacaraima, Estado de Roraima**.

Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/734022.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2011.

CORRÊA, Rodrigo Studart. **O espaço ecológico das populações no desenvolvimento global**. Revista Internacional de Desenvolvimento Global. Vol. 3, N. 4, p. 51-55, Mar. 2002. Disponível em: <http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n4_rodrigo_studart.pdf> Acesso em 18 out. 2011.

COSTA, Renata M. G. F. **Projetos Agroambientais em Terras Indígenas: Perspectivas atuais sob a ótica do etnodesenvolvimento**. Rev. Bras. de Agroecologia, v. 4, n. 2, nov. 2009.

DRUCKER, Peter. **A sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.

ECHEGARAY, Fabián. **A crise ambiental e o impacto sobre o capitalismo**. Disponível em: <<http://www.ideiasustentavel.com.br/2011/04/a-crise-ambiental-e-o-impacto-sobre-o-capitalismo/>>. Acesso em 15 maio 2011.

FARIA, Renata Barros Marcondes. **Povos indígenas na Amazônia e o mercado de produtos florestais não madeireiros: efeitos no uso de recursos naturais pelos Araweté**. Dissertação de Mestrado (Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental). São Paulo, 2007.

FERREIRA, José Alex Soares. **As relações comerciais entre a comunidade indígena WaiWai (maloca anauá) e a comunidade de São Luiz: A partir da década de 1950**. Monografia de graduação (Universidade Estadual de Roraima, Licenciatura Plena em História), São Luiz, 2010.

FUNAI. **Coletânea de documentos da terra indígena Wai-Wai**. Brasília: Ministério da Justiça, 2008.

_____. **Os índios no Brasil**. 2009. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/indios/fr_conteudo.htm>. Acesso em 24 out 2011.

_____. **Instrução Normativa Nº 01/95PRESI**. Normas que Disciplinam o Ingresso em Terras Indígenas com Finalidade de Desenvolver Pesquisa Científica. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/projetos/Plano_editorial/Pdf/Legis4/cap11-pesquisa.pdf>. Acesso em 10 maio 2011.

_____. **Revista Brasil Indígena**. Publicação bimestral da Fundação Nacional do Índio – Funai/Coordenação Geral de Assuntos Externos (CGAE) – Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Pública e das Organizações de Interesse Público. Ano III. Nº 01. Mar 2006

GONÇALVES, Antônio Carlos Porto. **Microeconomia**. 2010. Roteiro de curso.

GUTIERREZ, Inácio Pereira. 2006. **A grande árvore**. Monografia (Graduação em Licenciatura Intercultural) – Universidade Federal de Roraima. Instituto Insikiran de Formação Indígena. Boa Vista, 2008,

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo, Biodiversidade e Biopirataria na Amazônia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Terras Indígenas Protegem a Amazônia**. Disponível no em:
<<http://www.socioambiental.org/website/parabolicas/edicoes/edicao49/reportag/p05.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

_____. **Povos Indígenas no Brasil: WaiWai**. Disponível em:
<<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/waiwai>>. Acesso em 27 out 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/default_sinopse.shtm>. Acesso em 05 jun 2011.

_____. **População residente - Cor ou raça : indígena**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rr&tema=resultprelamostra_censo2010>. Acesso em 26 out 2011.

LABES, Emerson Moisés. **Questionário: do planejamento à aplicação na pesquisa**. Chapecó: Grifos, 1998.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

LAVORATO, Marilena Lino de Almeida. **A importância da consciência ambiental para o Brasil e para o mundo**. 2006. Disponível em:
<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/artigos/ma_brasil.html>. Acesso em: 7 maio 2011.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, Campo Grande , ano 2, n. 3, p. 33-52, out.2002.

LOPES, Darlison. **O desenvolvimento insustentável: capitalismo e natureza**. 2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/o-desenvolvimento-insustentavel-capitalismo-e-natureza/61801/>>. Acesso em 15 maio 2011

LUCIANO, G. S. Um “olhar indígena” sobre assistência técnica e extensão rural. In: VERDUM, R. (org). **Assistência técnica e financeira para o desenvolvimento indígena: possibilidades e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005. p.79-102.

_____. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MALTHUS, Thomas Robert. Causas do crescimento da população e dos alimentos. In: SMITH, Adam; RICARDO, David; MALTHUS, Thomas Robert. **A economia clássica**. Rio de Janeiro: Forense, 1978. p. 217-223.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução a economia**. São Paulo : Cengage Learning, 2008.

MARUSSIA, Whately. Hercowitz, Marcelo. **Serviços ambientais: conhecer, valorizar e cuidar: subsídios para a proteção dos mananciais de São Paulo**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

MEYER M. M. **Gestão ambiental no setor mineral: um estudo de caso**. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MITTERMEIER, Russela A. et al. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**, v. 1, n.1, jul. 2005

OLIVEIRA, Leonor Valentino de. **O cristianismo evangélico entre os WaiWai: alteridade e transformações entre as décadas de 1950 e 1980**. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, R. da S. Mapas - Questão fundiária – Áreas indígenas. In: **Atlas do Estado de Roraima: território e população**. Editora UFRR, 2007. 1 CD-ROM.

PEARCE, David; MORAN, Dominic. **O valor econômico da biodiversidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

PEROTA, Celso. **Impactos do artesanato sobre o turismo no Espírito Santo**. Vitória. Sebrae/ES, 2007.

PINTO et al. **Boas práticas de manejo florestal e agroindustrial de produtos florestais não madeireiros**: açaí, andiroba, castanha-do-brasil, copaíba e unha de gato. Manaus, 2010.

QUEIROZ, Ruben Caixeta de. **Trombeta-Mapuera**: território indígena. Brasília: FUNAI/PPTAL, 2008.

RELA, Maria Lúcia de; OLIVEIRA, Paulo César de. Uma análise “pós-moderna” da crise de 2008. In: SEMANA DE FILOSOFIA, 12, 2008. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/cofil/xix_nara.pdf>. Acesso em 05 de fev 2011.

RODRIGUES, Lady Francis A. Economia Solidária. **Lato & Sensu**. Belém, v. 4, n. 1, p. 3-5, out, 2003.

RORAIMA, Governo do Estado. **Conjunturas e oportunidades**. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. Boa Vista, 2008.

_____. Governo do Estado. **Plano estratégico de desenvolvimento do estado de Roraima**. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. Boa Vista, 2010.

_____. **Indicadores econômicos de crescimento e desenvolvimento do Estado de Roraima**. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. Boa Vista, 2010.

_____. **Proposta de política nacional de segurança alimentar e desenvolvimento sustentável para os povos indígenas**. Secretaria de Estado do Índio. Boa Vista, 200?.

_____. **Anuário 2011**. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. Boa Vista, 2011.

SCHRODER, Peter. **Economia indígena**: situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia. Pernambuco: Editora Universitária UFPE, 2003.

SEBRAE-RR. **Materiais promocionais do Projeto Florestar**: Logomarca de comercialização da Castanha-do-Brasil. 2011

_____. **Relatório de consultoria**: Boas Práticas de Manejo da Castanha-do-Brasil nas comunidades WaiWai. 2011.

SELING, Irene; SPATHELF, Peter. Benefícios indiretos da floresta. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 9, n. 2, p. 137-146, 2003.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3.ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SOUSA, Cássio N. I. de et al. **Povos indígenas**: projetos e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007.

SUKHDEV, Pavan. **A economia dos ecossistemas e da biodiversidade**. 2008.

TOMAZ, Cícero. **Sistema capitalista contemporâneo e educação corporativa**: a nova era do capital e trabalho. 2010. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/artigos/sistema-capitalista-contemporaneo-e-educacao-corporativa-a-nova-era-do-capital-e-trabalho/30896/>>. Acesso em 18 out 2011.

TONINI, Hélio et al. Avaliação de espécies florestais em área de mata no Estado de Roraima. **Cerne**, Lavras, v. 12, n. 1, p. 8-18, jan./mar. 2006.

UCHOA, Maria Aparecida José dos Santos et. Al. **A Influência da Religião Cristã em Etnias Indígenas**: História e Comunidade WAIWAI do Rio Anauá. Monografia de graduação (Universidade Estadual de Roraima, Licenciatura Plena em História), São Luiz, 2011.

VEIGA, Juracilda; D'ANGELIS, Wilmar R. **O trabalho e a perspectiva das sociedades indígenas no Brasil**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA PASTORAL OPERÁRIA, O FUTURO DO TRABALHO NA SOCIEDADE BRASILEIRA, São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.portalkaingang.org/trabalho_indigena.pdf. Acesso em 02 fev 2011.

VERENHITACH. Gabriela Daou. Comércio justo: o terceiro setor como ator social na consolidação de práticas alternativas de comércio. In: SEMINÁRIO NACIONAL

MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, Florianópolis, 2007.
Anais... Florianópolis: UFSC, 2007.

APÊNDICE A – Questionário aplicado com os indígenas selecionadas no Estudo**1. Do Líder da Comunidade (Somente para o Tuxaua)**

- 1.1. Qual o seu nome? _____
- 1.2. Qual a sua etnia? _____
- 1.3. Qual a sua idade? _____
- 1.4. Quanto tempo reside na comunidade? _____
- 1.5. Qual o seu Estado Civil? _____
- 1.6. Quanto tempo você tem nessa função de Tuxaua? _____

2. Dos produtos indígenas

- 2.1. Quais os principais produtos que são produzidos por sua família? _____

- 2.2. Esses produtos são nativos ou plantados? _____
- 2.3. Quantas e quais pessoas da sua família estão envolvidas na produção? _

- 2.4. Quanto da remuneração de sua família vem de produtos da floresta? __

- 2.5. Sua família exerce outras funções que não estejam diretamente relacionadas com o trabalho com produtos da floresta? _____
- 2.6. Caso positivo, qual (is)? _____

3. Do modo de produção indígena

3.1. Dos produtos da floresta

3.1.1. Quais os principais produtos da floresta produzidos por sua família? _____

3.1.2. Como é feito o transporte desse (s) produto (s) da floresta até a comunidade?

3.1.3. Como é feito o transporte desse (s) produto (s) da comunidade até o local para escoamento da produção? _____

3.2. Dos produtos plantados

3.2.1. Como é feito cultivo dos produtos? _____

3.2.2. É feita capina e outros cuidados? _____

3.2.3. Como é feita a colheita dos produtos? _____

3.2.4. Como são transportados os produtos? _____

3.2.5. Onde é feito o armazenamento dos produtos? _____

3.2.6. Existe beneficiamento de alguns produtos colhidos? _____

3.2.7. Caso positivo, como é feito o beneficiamento? _____

3.2.8. Quais os membros da família envolvidos no beneficiamento? _____

3.3. Dos produtos da floresta com agregação de valor

3.3.1. A sua família produz algum produto com agregação de valor (Ex: Artesanato, Móveis em Cipó Titica, etc)? _____

3.3.2. Caso positivo, esses produtos são para consumo ou para comercialização?

4. Da relação da comunidade com o Mercado

4.1. Existe excedente de produção? _____

4.2. Caso positivo, qual o destino do excedente de produção? _____

4.3. Como é transportado o (s) produto (s) até o mercado? _____

4.4. O que está sendo feito para melhorar a comercialização dos produtos? _

4.5. O que é feito com a renda da comercialização? _____

4.6. Para onde são comercializados esses produtos? _____

4.7. O consumo na sua família (alimentos, roupas, etc) é adquirido de que forma?

5. Outras informações

5.1. Sua família recebe algum incentivo do governo (Federal, Estadual, Municipal)?

5.2. Caso positivo, qual? _____

5.3. Qual o valor desse (s) incentivo (s)? _____

5.4. Você é filiado a alguma organização social? _____

5.5. Caso positivo, qual? _____

ANEXO A – Mapa de Roraima: Áreas Indígenas



Figura 9 - Identificação das Áreas Indígenas no Estado de Roraima

Fonte: Fundação Nacional do Índio (2005, *apud* OLIVEIRA, 2007)

ANEXO B – Autorização das lideranças indígenas para realização de pesquisa**AUTORIZAÇÃO**

Eu, Tarcizio Yakima w-w, brasileiro, portador da cédula de identidade 2606728, SSP RR, CPF 437665102-82, residido e domiciliado na Comunidade Anavã, autorizo o acadêmico do Mestrado em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a utilizar informações da comunidade a qual resido na sua dissertação de mestrado.

Por ser expressão da verdade, assino abaixo.

São Luiz-RR, 28 de 11 de 2011.

Tarcizio Yakima w w
Tuxava do Anavã

AUTORIZAÇÃO

Eu, Genildo Pereira dos Santos, brasileiro, portador da cédula de identidade 114.169, SSP RR, CPF 414 328 452-15 residido e domiciliado na BAVACA, autorizo o acadêmico do Mestrado em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a utilizar informações da comunidade a qual resido na sua dissertação de mestrado.

Por ser expressão da verdade, assino abaixo.

São Luiz-RR, 28 de Novembro de 2011.

Genildo Pereira dos Santos
Coord. Regional dos Tuxauas